

# Acção Socialista



N.º 1329 1 Junho 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## NOVA MAIORIA NA EUROPA VOTA PS



Ao longo da campanha eleitoral percorremos já quase todo o país. Do contacto, com milhares de pessoas, há duas conclusões. Bem evidentes e inquestionáveis. A primeira é a forte vontade das pessoas em melhorarem a sua qualidade de vida. Lutam dia-a-dia para que o amanhã seja melhor. Apesar das adversidades, não baixam os braços. A segunda conclusão, e que está intimamente ligada à anterior, tem a ver com o comportamento dos vários partidos ao longo desta campanha. Pelo que se passou é evidente para todos a diferença de postura. Enquanto

os outros levantam problemas, o PS apresenta soluções. Enquanto os outros colocam dificuldades, o PS luta para ultrapassar essas dificuldades. Enquanto a oposição vive das adversidades, o PS trabalha para combater essas adversidades. Enquanto os outros partidos advogam o pessimismo, o PS luta para haver confiança e determinação. O PS não baixa os braços. Como os portugueses. O PS vai fazer tudo para ajudar a termos um Portugal melhor. É esta a mensagem que os portugueses têm transmitido ao PS. É também este o nosso compromisso.

4

### EUROPEIAS 2009

Entrevista a Capoulas Santos

**“Vencer as eleições, mobilizar o partido e combater a abstenção”**



3

### AUTÁRQUICAS 2009 ENTREVISTAS

Renato Matos  
Póvoa de Varzim



**“Apostar no turismo, na área social e na reabilitação urbana”**

11

João Nunes  
Esposende



**“As desigualdades e a qualidade da democracia são as preocupações da candidatura”**

13

### Suplementos



## OPINIÃO

AUTÁRQUICAS 2009  
OS INCOMPATÍVEISLUÍS PITA AMEIXA  
Deputado do PS

*A razão de ser das incompatibilidades é a de impedir a sobreposição de funções, salvaguardar a independência no exercício dos cargos e evitar conflitos de interesses*

OS INCOMPATÍVEIS são aqueles que não podem acumular, ao mesmo tempo, duas funções especificadas na lei.

É diferente dos inelegíveis, pois estes são os que não podem ser candidatos.

As incompatibilidades operam para quem já tenha ultrapassado o crivo da eleição – para os eleitos – enquanto as inelegibilidades servem para impedir de se chegar sequer ao momento eleitoral. Uma está a montante e outra a jusante do acto eleitoral.

Mas, ao elaborar as listas deve, desde logo, antever-se o que se poderá vir a passar, com possíveis incompatibilidades, e evitar problemas ou dificuldades futuras.

A razão de ser das incompatibilidades é a de impedir a sobreposição de funções, salvaguardar a independência no exercício dos cargos e evitar conflitos de interesses.

Já vimos, na anterior crónica, que há incompatibilidade no exercício de funções, simultaneamente, em diferentes órgãos autárquicos, mas com exceções.

Assim, se o cidadão tiver conferidos dois mandatos executivos incompatíveis, terá de renunciar a um deles. Por exemplo entre câmara e junta de freguesia.

Se lhe forem conferidos dois mandatos autárquicos incompatíveis, mas sendo um executivo e outro deliberativo, se optar pelo executivo, apenas terá de suspender no deliberativo. Por exemplo entre câmara e Assembleia Municipal.

Por outro lado, os cargos autárquicos são incompatíveis com o exercício de certas funções de Estado, como membro do Governo e governador civil dos distritos do continente ou como representante da República nas regiões autónomas e membros dos governos autonómicos dos Açores e da Madeira.

Também se prevê que, se uma pessoa for condenada a pena de prisão efectiva, seja porque razão for, não pode, enquanto durar a prisão, exercer o mandato autárquico.

Verificando-se uma incompatibilidade entre uma função autárquica e outra não autárquica, o cidadão terá de optar por uma ou por outra.

Os presidentes e os vereadores das câmaras e os presidentes e vogais das juntas de freguesia, que exerçam os mandatos em regime de permanência, sofrem de incompatibilidade com o exercício de trabalho na função pública, tendo que suspender este.

Se, além de regime de permanência, estiverem ainda a tempo inteiro, exclusivamente, essa incompatibilidade estende-se a toda e qualquer função profissional, pública ou privada.

Os autarcas acima referidos, em regime de permanência, mas que não optem pela exclusividade, acumulando assim com outra actividade privada, receberão apenas metade da remuneração do cargo mas, no entanto, não deixam de estar obrigados, no mínimo, a estar ao serviço autárquico durante o período normal do expediente público.

Na verdade, é curioso, como a lei, a estes, que só recebem meia remuneração, lhes impõe o cumprimento do horário normal de expediente.

Aos outros – aos que vencem pela totalidade – a lei nada assinala. Daqui não se pode nem deve inferir que têm uma obrigação menor ou mais ligeira.

Antes, “a contrario sensu” e por “maioria de razão”, deve entender-se que aqueles que estejam em permanência e em exclusivo têm de assegurar até mais do que o mínimo que é assinalado na lei apenas para os que não optem pela exclusividade.

Seria absurdo que os que não estão em exclusividade sejam obrigados a um mínimo e os que estão em exclusividade pudessem ter uma obrigação menor! Tem de ser ao contrário. Logicamente é essa a intenção do legislador ainda que possa não estar cabalmente expressa.

Mas, verdadeiramente, na prática, um autarca está ao serviço as 24 horas do dia!

POÇOS E CAPTAÇÃO DE ÁGUAS  
ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÃO

• O Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos, respeita a diversos tipos de utilização, estando a captação de águas incluída como utilização de bens do domínio público hídrico, ou como utilização de recursos hídricos particulares.

• Os poços são apenas um tipo de infra-estrutura que permite a captação de águas. A legislação não especifica, assim, o caso concreto de poços, contrariamente ao transmitido pela comunicação social. Não existe, portanto, uma “Lei dos Poços”.

• O título de utilização é um instrumento fundamental para garantir uma gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos e assegurar os direitos e os deveres dos utilizadores.

Com efeito, é através do título de utilização que é possível evitar conflitos de usos (por exemplo, uma rejeição de efluentes não pode localizar-se imediatamente a montante de uma captação de água, sob pena de a sua qualidade não ser a adequada à utilização em causa).

No caso dos bens que integram o domínio público hídrico, é também através desta figura que se garante a igualdade do direito de acesso dos cidadãos a um património comum.

• O pedido de regularização das utilizações não tem directamente qualquer custo e os elementos necessários são: identificação do utilizador; o tipo e a caracterização da utilização; a identificação exacta do local, com indicação, sempre que possível, das coordenadas geográficas.

• A obrigação legal de ter um título de utilização dos recursos hídricos não é nova, muito pelo contrário. A legislação sobre água publicada em 1994 (Decreto-Lei 46/94, de 22 de Fevereiro, que se junta em anexo) estabelece no artigo 90.º um regime em tudo semelhante, dando um prazo de apenas seis meses para a comunicação das utilizações. Na altura, a questão não gerou reacções da mesma natureza e dimensão das que se têm verificado ultimamente, não porque tivesse havido divulgação (não houve de todo) ou porque tenha havido uma capacidade de organização adequada, mas simplesmente porque os montantes das coimas então em vigor não eram os actuais. Assim, o que se verificou na altura foi um incumprimento generalizado dessa exigência da lei, de que não se falou.

• As disposições do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que revogou a anterior regulamentação (Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro), aplicam-se às novas utilizações (artigo 90.º). No entanto, o artigo 89.º estabeleceu um prazo de dois anos para que os utilizadores dos recursos hídricos que à data da entrada em vigor do referido Decreto-Lei não dispusessem de um título que lhes permitisse essa utilização, pudessem regularizar essas situa-

ções, sem ficarem sujeitos à aplicação de coima. Este prazo foi alargado por mais um ano, de acordo com a alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, aprovada em Conselho de Ministros a 7 de Maio pp.

• Assim, o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, veio dar uma nova oportunidade para que os utilizadores possam regularizar as suas utilizações, sem sujeição a coima, durante um período inicial de 2 anos, agora alargado por mais um.

• A necessidade da prorrogação do prazo inicialmente estabelecido para regularização das utilizações não tituladas decorreu do reconhecimento de que a profunda reestruturação da gestão dos recursos hídricos em curso (nomeadamente o facto das Administrações de Região Hidrográfica, entidades com competências sobre a gestão dos recursos hídricos, apenas terem entrado em funções em Outubro de 2008) não permitiu desenvolver, em devido tempo, uma desejável campanha alargada de divulgação do prazo para cumprimento desta obrigação ou estabelecer uma rede de locais, mais próximos dos cidadãos, que permita atingir os objectivos.

• Salienta-se que estão já em curso as acções que irão permitir uma divulgação alargada desta obrigação e da forma de lhe dar cumprimento. Estas acções englobam:

- Protocolos com Câmaras Municipais e com Juntas de Freguesia, de forma a garantir um número alargado de locais próximos dos cidadãos onde estes se possam dirigir, com pessoal capaz de informar e ajudar no preenchimento dos formulários (alguns já estabelecidos e outros em preparação);
- Protocolos com associações de agricultores e outras, com o mesmo objectivo (já em preparação);
- Folhetos de divulgação e cartazes para serem postos à disposição em todos esses locais e noutros onde haja deslocação ou passagem frequente dos cidadãos;
- Colocação de anúncios, sobretudo em meios de comunicação regionais;
- Toda a informação (folhetos e formulários) está disponível nos sítios das Administrações de Região Hidrográfica (ARH): [www.arhnorte.pt](http://www.arhnorte.pt), [www.arhcentro.pt](http://www.arhcentro.pt), [www.arhtejo.pt](http://www.arhtejo.pt), [www.arhalentejo.pt](http://www.arhalentejo.pt), [www.arh Algarve.pt](http://www.arh Algarve.pt)



Accção  
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt)  
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X  
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Accção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>

Capoulas Santos, director da campanha para as eleições europeias

# “Vencer as eleições, mobilizar o partido e combater a abstenção”

Para mobilizar o eleitorado para o voto e vencer a 7 de Junho, o PS projectou e levou para a rua uma campanha pautada pela elevação e pelo debate sobre as questões europeias, onde não faltou a alegria e o contacto com as pessoas, bem ao estilo socialista. E porque se joga, no próximo acto eleitoral, o futuro de todos “nós, europeus”, o director da campanha do PS, Capoulas Santos, em entrevista ao “Acção Socialista”, fala em detalhe sobre os meios e recursos empregues nesta campanha, sem descurar as novidades e as expectativas.

## Que estilo foi pensado para a campanha?

O estilo da campanha do PS para as “europeias 2009” é o estilo de sempre do PS: serenidade, convicção na defesa das nossas propostas, respeito pelos adversários, assertividade, proximidade com as pessoas e permanente alegria.

## Que estratégia foi delineada para estas europeias?

A estratégia do PS visa três objectivos essenciais: vencer as eleições, mobilizar o partido e combater a abstenção, privilegiando o debate em torno das questões europeias e da sua óbvia interligação com a política nacional.

## Qual o orçamento previsto?

A previsão de despesa é de 1,44 milhões de euros. Sensivelmente idêntica à de 2004 e a que, de todos os partidos com representação parlamentar no PE e que concorrem a estas eleições, tem menor acréscimo face às anteriores.

## Quais os meios afectos?

Contamos, obviamente e como sempre, com o profissionalismo, a dedicação e o militantismo da equipa permanente do Rato e com o recurso às empresas de propaganda gráfica e de organização de eventos a que é usual recorrer em períodos eleitorais. Mas, contamos sobretudo com o esforço e o contributo das estruturas do partido, a todos os níveis, e com os muitos militantes anónimos, que são o mais valioso recurso do PS.

## Quais as novidades que podemos esperar, designadamente no recurso às novas tecnologias?

O recurso às novas tecnologias é hoje incontornável em tudo. A actividade política não foge à regra. Estratos cada vez maiores da população utilizam esta via como único canal de acesso à informação, especialmente os mais jovens. É fundamental estabelecer esse contacto. O PS dedica, por isso, especial atenção à Internet e às redes sociais. Foi criado um site para as europeias que, em rede com o site do PS, o “twitter” e o “facebook”, permitem passar informação e re-

ceber contributos dos cidadãos.

Em paralelo, o site do “Movimento Sócrates 2009”, com adesão crescente, permite também a interactividade com personalidades do PS como já sucedeu com o próprio José Sócrates, Vital Moreira, Inês Medeiros, Augusto Santos Silva, Vieira da Silva e Carlos Zorrinho.

## Vamos ter uma campanha de comícios ou, antes, mais de sessões de esclarecimento?

Na pré-campanha, Vital Moreira percorreu todo o país e participou em múltiplas iniciativas de debate e de esclarecimento organizadas por órgãos de Comunicação Social, pelas universidades, pelo partido e pela sociedade civil.

Na campanha, voltamos a percorrer todo o país, privilegiando os contactos com a população, através de comícios, contactos de rua, visitas a locais, empresas e instituições que simbolizem o Portugal positivo que estamos a construir, uma boa parte dele só possível com os benefícios decorrentes da nossa adesão à UE.

## Qual a linha discursiva e o conteúdo político do PS para as eleições?

O PS apresentou simbolicamente, no dia 9 de Maio, Dia da Europa, o seu Manifesto Eleitoral, onde estão contidas as suas propostas e os compromissos da futura Delegação Portuguesa no PSE: relançar a economia e promover o emprego, regular o sistema financeiro, mais políticas sociais, combate às alterações climáticas e política energética comum, estratégia marítima, reorientação das políticas comuns agrícola e de pescas, liberdade, segurança e justiça, igualdade de género, imigração política externa da União e nova arquitectura institucional.

O discurso da candidatura e dos candidatos consistirá, pois, na explicitação e justificação das nossas opções em torno destas 12 prioridades políticas.

## Encara estas eleições como a primeira volta das legislativas?

A direita quer fazer destas eleições a sua rampa de lançamento



para as legislativas. Daí a importância, para nós, da sua derrota, ainda que o que esteja objectivamente em causa seja a eleição de deputados para o Parlamento Europeu. Vamos garantir uma boa representação no PE, tão importante para influenciar decisões tão cruciais para Portugal como, por exemplo, as perspectivas financeiras para 2014/2020 ou as reformas das políticas comuns agrícola e das pescas.

## Constatando que o Secretário-Geral do PS participou nas acções pré-campanha de forma empenhada, que balanço faz da mesma?

José Sócrates foi extraordinariamente bem recebido nas acções de campanha em que participou. O seu empenho nesta campanha demonstra bem a importância que a mesma representa para o para o PS e um estímulo adicional para os candidatos, os militantes e os eleitores do PS. Reforça também a

convicção que a acção do governo é uma mais valia e não um embaraço para o PS.

## Como interpretar a agressão sofrida pelo nosso cabeça de lista no 1.º de Maio?

Um acto lamentável em si mesmo e o corolário lógico de uma campanha de provocação sistemática conduzida contra o PS que incluiu o recurso ao insulto à porta das nossas próprias sedes. Os autores materiais da agressão não são menos culpados que os seus autores morais.

## O que é um bom resultado para o PS nas eleições de 2009 para o Parlamento Europeu?

Um bom resultado é ganhar as eleições. E ganhar as eleições é obter mais um voto do que qualquer outro adversário.

## A terminar, faça-nos um breve balanço do seu trabalho como

## eurodeputado na última legislatura no hemiciclo de Estraburgo.

Faço um balanço positivo. Imodestamente, estou convencido de não ter defraudado aqueles que em mim confiaram, dando-me o seu voto.

Exerci a função com empenho e assiduidade sem nunca descurar a ligação ao país e à minha região.

Tive a honra de ter visto reconhecida a confiança dos meus colegas do PSE, elegendo-me seu Coordenador e de ter sido designado Relator, pela Comissão de Agricultura, dos 4 relatórios mais importantes desta temática na presente legislatura.

Conseguí ver aprovadas proposta benéficas para Portugal, algumas já em aplicação, e outras que abrem boas perspectivas para um melhor tratamento de Portugal na futura PAC, que será profundamente revista na próxima legislatura.

# Uma campanha e propostas p

**Propostas e ideias para uma Europa mais forte, mais social e mais desenvolvida marcam a campanha socialista, onde também se enaltece o Portugal positivo que não se resigna perante a crise mundial. Comícios com casa cheia, só possíveis a um grande partido mobilizado, popular e progressista, como José Sócrates e Vital Moreira têm evidenciado, mostram que o PS está numa dinâmica de vitória, não tendo à sua esquerda nem à sua direita alternativas creíveis. Pela Europa e por Portugal, nas próximas eleições de 7 de Junho, é vital votar PS.**

MARY RODRIGUES e J.C.CASTELO BRANCO

“O PSD tornou-se uma espécie de PCP da direita, negativista, na lógica do quanto pior melhor”, acusou Vital Moreira, no dia 31, no comício do PS em Viseu, reiterando que a opção pela oposição de esquerda é um “voto desperdiçado” nas eleições do próximo domingo.

Na sua intervenção, Vital Moreira considerou que “o PSD é um partido que está numa deriva de direita, cada vez mais neoliberal”, e classificou o PCP e o Bloco de Esquerda como forças “puramente antieuropeístas”.

Por isso, defendeu, o PS “é a solução para o espaço do centro-esquerda e da esquerda democrática”.

No comício de Viseu, discursou igualmente a mandatária da candidatura de Vital Moreira, a actriz e realizadora Inês Medeiros, que prestou homenagem ao papel desempenhado pelo fundador do PS, Mário Soares, na adesão de Portugal à então CEE.

Já o presidente da Federação do PS/Viseu, José Junqueiro, fez uma referência às palavras do cabeça-de-lista do PSD às europeias, segundo as quais os comícios do PS tinham espelhos para assim multiplicar o número de presentes para efeitos de imagem, considerando que “os espelhos deveriam existir antes nos comícios do PSD para verem as tristes coisas que andam a dizer”.

Antes, a caravana socialista passou no calçadão de Matosinhos, Ribeira do Porto, visitou a Fundação Serralves e a Casa do Desenho da Fundação Júlio Resende, em Gondomar, onde o cabeça-de-lista do PS defendeu que a cultura deverá ser um factor prioritário na construção europeia.

“O manifesto eleitoral do PS é singular ao chamar a atenção para a importância da cultura e das artes na construção europeia”, disse.

No sábado, 30 de Maio, “um ponto alto rumo à vitória no dia 7”, conforme salientou Vital Mo-

reira, foi um comício em Braga, no pavilhão do ABC completamente cheio, onde o líder socialista, José Sócrates, disse que “só um grande partido popular como o PS faz estes grandes comícios. O PS é o partido do povo, por isso gosta de comícios, fazendo-os com gosto e alegria”.

Reagindo àqueles “que no país não gostam que eu entre em campanha”, Sócrates lembrou que “nunca houve no PS campanha eleitoral em que o seu líder estivesse metido num gabinete”, acrescentando que é primeiro-ministro “pela vontade do povo”, enquanto a direita está na oposição “porque o povo quis que eles fossem para a oposição”.

Segundo sublinhou o líder socialista, a escolha a fazer no dia 7 “é entre uma Europa conservadora e liberal, protagonizada pelo PSD e CDS/PP e uma Europa social e progressista, defendida pelo PS”.

Na sua intervenção, Sócrates destacou ainda a reforma da educação como uma das mais importantes feitas pelo seu Governo, para depois criticar a presença de dirigentes partidários na manifestação de professores realizada nesse dia em Lisboa. “Não é legítimo que as lutas sindicais sejam instrumentalizadas por forças partidárias. Os sindicatos não devem ser correias de transmissão de nenhum partido político”, afirmou.

Já Vital Moreira reiterou a ideia de que o comício de Braga “mostra porque é que uns fazem comícios e outros não”. É que, explicou, “o PS é um grande partido nacional, popular e europeu”.

Este partido, continuou, “não se envergonha do seu líder, pelo contrário, agradece o seu apoio”, já que, frisou, “só os líderes que não são mais-valias criticam os outros líderes que se empenham nas campanhas eleitorais”.

Segundo o constitucionalista, “só um grande partido como o PS é que poderia ter a ousadia de confiar



esta missão a um não filiado como eu”. E reafirmou que “embora não sendo filiado, sou tão PS como o mais profundo PS”.

## Ideias, propostas e convicção de alma

Antes, num almoço nos bombeiros, em Vila Franca de Xira, perante muitas centenas de militantes e simpatizantes, Vital Moreira afirmou que “o PS está a ganhar esta batalha eleitoral com ideias e propostas, mas também com convicção e alma”, acrescentando que “a mobilização cívica que os candidatos socialistas estão a realizar já reuniu milhares e milhares de pessoas”.

E disse ainda que “estamos também a ganhar a batalha das sondagens, onde em todos os inquéritos de opinião o PS surge sempre à frente”. Mas, alertou, a “principal batalha será no dia 7 de Junho, e esta depende dos cidadãos, que deverão votar PS para que haja

mais Europa Social e mais coesão territorial”.

Antes, discursou a eurodeputada Ana Gomes, que considerou “ser necessário no Parlamento Europeu tirar as lições da crise mundial e acabar com o capitalismo de casino”, ao mesmo tempo que lembrou algumas das malfeitorias da última passagem do PSD e CDS/PP pelo Governo.

“Não nos vamos esquecer da privatização das OGMA por tuta e meia. Não nos vamos esquecer do negócio ruinoso dos submarinos, ainda envolto em fumos de corrupção, que não estão esclarecidos”, afirmou, numa alusão às operações feitas pelo então ministro da Defesa, Paulo Portas.

E visou também a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, enquanto ministra das Finanças do Governo de Durão Barroso, referindo que também “não nos vamos esquecer dos cozinhados tóxicos da ministra das Finanças com o Citigroup feitos à custa do erário

público e à custa dos contribuintes portugueses”.

No passado sábado, a caravana socialista iniciou o dia com uma visita à freguesia de Benfica e ao mercado biológico, no Príncipe Real, que contou com a presença do presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, e do ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro.

Na véspera, à noite, num jantar-comício, na Marinha Grande, perante largas centenas de apoiantes, Vital Moreira desafiou a líder do PSD a dizer o que pensa sobre a “negociata” do BPN, que “mancha a democracia portuguesa” e “onde estão envolvidas pessoas gradadas do PSD e antigos governantes”.

E, numa resposta a declarações de Manuela Ferreira Leite, Vital Moreira disse que “era o que faltava que o candidato do PS se calasse perante um caso que causa graves prejuízos a outras instituições financeiras. Não conte que me vá calar. Não vou pactuar com o seu

# Campanha de ideias para a Europa



silêncio e a sua tentativa desajeitada de fugir à resposta e ao desafio que lhe fiz”.

Por outro lado, Vital Moreira defendeu que “é preciso uma Europa com políticas viradas para as pessoas e não apenas para o mercado”, como defende a “esquerda democrática e progressista” representada no Parlamento pelo PSE, onde se integra o PS, e não “políticas neoliberais” como defendem o PSD e CDS/PP reunidos no Partido Popular Europeu.

Já o voto no PCP e BE foi classificado pelo cabeça-de-lista do PS como “um voto desperdiçado e de mero protesto”, uma vez que estes dois partidos têm em comum “um antieuropeísmo visceral”.

## Cartão amarelo à oposição

Por isso, sustentou, em 7 de Junho é preciso dar “um cartão amarelo a esta oposição”. E sublinhou que “votar PS é no votar no partido mais europeísta, no parti-

do que pôs Portugal na UE e que defende uma Europa para todos os cidadãos”.

Por sua vez, a eurodeputada Edite Estrela e número dois da lista socialista, disse que “integra uma boa equipa de candidatos, que é competente, dedicada, que cobre todas as áreas importantes para debater os dossiês que vão estar em debate no PE”.

Os candidatos socialistas, frisou, “têm orgulho de pertencer a um partido que no Governo colocou Portugal no top-5 europeu das energias renováveis”, e estão também orgulhosos do “Portugal que tem aproveitado bem os fundos comunitários”. Por isso, acrescentou, ao longo desta campanha “procurámos informar os cidadãos e mostrar o Portugal desenvolvido, o Portugal positivo, que não se resigna perante a crise mundial”.

A agenda da caravana socialista incluiu ainda uma visita a uma empresa de Rio Maior, fabricante e importadora de reboques, que

Vital Moreira apontou como “exemplo do Portugal que faz e não fica a lamentar a crise” e uma deslocação ao parque eólico da serra dos Candeeiros, onde o cabeça-de-lista do PS sublinhou “os grandes avanços registados nos últimos anos na aposta nas energias renováveis” por parte do Governo, que colocou Portugal como o país que mais energia eólica produz no mundo por habitante.

Na noite do dia 28, em Évora, o director da campanha europeia do PS, Capoulas Santos, fez questão de sublinhar que no sufrágio de 7 de Junho pode estar em causa a estabilidade política do país se o resultado dessas eleições constituir um insucesso para o partido do Governo e relançar as aspirações laranja para Outubro próximo.

“Não podemos permitir a Portugal um cenário desta natureza, depois de quatro anos de trabalho. Não vamos entregar a esta trupe a governação do país após termos consolidado o défice, feito a reforma da Segurança Social e protagonizado avanços tão significativos”, afirmou, categórico, o também director desta campanha, para de seguida lembrar que o ponto mais alto do currículo político do cabeça de lista do PSD nas europeias, Paulo Rangel, foi o cargo de secretário de Estado do Executivo de Santana Lopes.

A encerrar este comício em que também intervieram Carlos Zorrinho e Edite Estrela, o candidato Vital Moreira desafiou o principal partido da oposição a pronunciar-se sobre “o escandaloso e vergonhoso caso BPN”, no qual, observou, se encontram implicadas “figuras gradas” do PSD.

Nesta ocasião, o constitucionalista da Universidade de Coimbra advogou a condenação e a denúncia deste escândalo, que – observou – envolve a “utilização dos dinheiros da economia para feitos puramente criminosos”.

Por outro lado, salientou que a gestão dos fundos comunitários por parte do Executivo tem permitido alcançar no Alentejo, através do investimento público, e que foram visíveis com a passagem da caravana socialista pelos três distritos desta região (Portalegre, Beja e Évora), é obra do Governo liderado por José Sócrates.

Nesta acção de campanha em que evidenciou, mais uma vez, as diferenças entre PS e PSD no que respeita à visão de cada um em relação aos sistemas económico e financeiro, Vital Moreira saudou o que considerou serem “as duas boas notícias do dia”, nomeadamente, a

adjudicação da construção de mais um troço que facilitará a acessibilidade entre Évora e Lisboa e a reabertura das minas de Aljustrel.

Horas antes, numa visita ao aeroporto de Beja, o cabeça de lista socialista congratulou-se pelo facto desta infra-estrutura poder começar a operar em Setembro.

Na ocasião, o candidato do PS esteve acompanhado pelos secretários de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, e do Desenvolvimento Rural, Ascenso Simões, além do líder do PS/Beja, Pita Ameixa.

Paulo Campos, em declarações aos jornalistas, disse que o Alentejo vai “mudar radicalmente” com o início do funcionamento do aeroporto de Beja – que se interligará com o Alqueva, com a ampliação do porto de Sines e a construção da auto-estrada entre Sines e Beja.

Ainda durante esta passagem da caravana pelo Alentejo, o director de campanha, Capoulas Santos, desafiou as forças da oposição a esclarecerem o que pretendem da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), garantindo que os socialistas se baterão por uma mudança nos critérios de ajuda.

Já no seu percurso pela Beira Interior, a caravana socialista fez paragem para visitar a Faculdade de Ciências Médicas, sediada na Covilhã.

Durante esta visita, Vital Moreira elogiou a capacidade do Governo de António Guterres para resistir às pressões à sua decisão de criar este estabelecimento de ensino superior, que beneficiou de fundos europeus.

Na Covilhã, o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu saudou o facto do Executivo do PS liderado por Guterres ter optado por localizar uma faculdade de medicina no interior do país.

“Invocaram-se todos os argumentos contra esta faculdade, inclusive a falta de hospitais para se fazer ensino médico, mas foi uma aposta do Governo para resolver um grande problema nacional [a falta de médicos] e para promover a coesão territorial e o equilíbrio do país”, sustentou.

Já no mercado de Seia, onde esteve acompanhado pelo presidente do PS, Almeida Santos, natural deste concelho, Vital considerou estar “perante uma economia que resiste à crise e um caso de uma agricultura que deve muito à União Europeia”.

E destacou que naquele mercado estavam expostos “pelo menos duas denominações de origem – o queijo da serra da Estrela e as cerejas da

Cova da Beira”, sublinhando tratar-se de produtos que “obedecem a regras de qualidade que garantem procura e mercado”.

“É esta a Europa que queremos promover”, afirmou.

## UE deve ter mais recursos financeiros

Em Chaves, numa sessão realizada no Instituto de Emprego e Formação Profissional, o candidato socialista falou sobre a necessidade de serem aumentados os recursos financeiros da UE.

Segundo Vital Moreira, com o alargamento da União, Bruxelas só poderá continuar a sustentar as suas políticas de coesão económica, social e territorial se o orçamento comunitário conhecer um reforço.

Também durante a visita a Chaves, o candidato considerou que as negociações das novas perspectivas financeiras para o período de 2014-2020 vão ser decisivas para o futuro da UE.

Na campanha pelo distrito de Aveiro, Beira Litoral, a caravana socialista parou em empresas e infra-estruturas públicas com efeitos reprodutivos no país e que constituem exemplos de sucesso, demonstrativos de que o investimento do Estado vale a pena porque cria emprego, arrasta o investimento privado e dinamiza a economia.

Assim, com a opção de visitar o Porto de Aveiro no começo da manhã do dia 25, e uma empresa em Águeda ao início da tarde desse mesmo dia, a caravana socialista encabeçada por Vital Moreira mostrou o “Portugal moderno e positivo” que resiste à actual conjuntura de crise internacional, desmontando, ao mesmo tempo, o discurso do PSD contra alguns investimentos previstos pelo actual Governo.

Depois de um almoço informal em Ílhavo – em que esteve acompanhado pelos eurodeputados Capoulas Santos, Edite Estrela e Armando França, bem como por dirigentes socialistas aveirenses – o candidato e a sua comitiva visitaram, em Águeda, a empresa Exporlux, considerada um caso bem sucedido na área das energias renováveis.

No final da tarde, Vital manteve contactos com a população, desloçando-se primeiro a Ovar e depois a Espinho, duas autarquias geridas por socialistas.

Este dia dedicado ao distrito de Aveiro terminou com um jantar-comício na em Faiões (Feira)



localidade onde o cabeça-de-lista do PS ao PE fez um discurso no qual criticou fortemente a “direita conservadora”, “neoliberal” e favorável ao “Estado mínimo”, com características “reaccionárias”, em ruptura com a sua história de defesa dos valores europeístas.

Logo no arranque desta campanha para a Europeias 2009, Vital Moreira e o secretário-geral do PS, José Sócrates, demarcaram bem as fronteiras entre a esquerda e a direita no que diz respeito ao projecto europeu.

Segundo Vital e Sócrates, de um lado apresenta-se ao eleitorado um PS e um Governo “empenhados no combate à crise” e, do outro lado, está a oposição “concertada”, “negativista” e “sem soluções”.

Num jantar em Valongo, perante centenas de simpatizantes e militantes socialistas, Sócrates denunciou a tentativa do PSD de encobrir as suas propostas por ter um programa maximalista de privatizações e um conceito de “Estado mínimo” limitado às funções de soberania.

“Eles não apresentam propostas

porque têm vergonha das algumas das que defendem”, afirmou.

O líder socialista criticou incisivamente o “negativismo” das oposições, e disse nunca ter visto um pessimista criar um posto de trabalho.

Tanto o PS quanto o Governo querem “um país progressista, moderno e europeu”, afirmou.

Ainda durante a sua intervenção, o secretário-geral acusou as oposições de tentarem passar por esta campanha para as europeias sem apresentar ideias nem justificar minimamente uma alternativa política.

### O regresso do discurso da tanga

Por seu turno, Vital Moreira reafirmou que o PDS entrou em ruptura com a sua própria história e ideário europeísta e lamentou que o principal partido da oposição tivesse criticado a presença de José Sócrates no comício do PSOE, em Valência, bem como a participação de José Luís Rodríguez Zapatero

no comício do PS em Coimbra.

“Orgulhámo-nos da solidariedade europeia”, venceu o cabeça de lista socialista, denunciando que, “de forma indigna, o PSD tentou o sentimento anti-espanhol dos portugueses”.

Nesse comício de arranque oficial da campanha socialista para as eleições europeias deste ano, que encheu o pavilhão do União de Coimbra, o líder do PS denunciou o regresso do “discurso da tanga”, com a oposição a apregoar que o país está falido.

“Quando um líder político desiste da confiança, é altura de dizer a essa liderança que falidas estão as suas convicções”, declarou José Sócrates, recebendo uma prolongada ovação.

Nesta sua intervenção, Sócrates acusou a oposição de só ter uma proposta efectiva: “Combater o PS”.

Depois, referiu-se à recusa de alguns opositores em realizar comícios.

“Abrimos esta campanha eleitoral fazendo um grande comício,

mas parece que há por aí quem diga que os comícios são coisa do passado, coisas que não estão à altura do futuro. Como eu os compreendo, pois já vi desculpas melhores para justificar uma completa falta de jeito para a política”, disse.

Segundo Sócrates, “quando uma liderança política começa a dizer que os comícios são coisas do passado, o que se intui é que não há comício do passado, mas sim há uma liderança sem nenhum futuro”.

Um dia antes, em Faro, Vital Moreira defendeu que esta eleição deve ser aproveitada para “um voto de protesto” contra a oposição da direita nacional e da União Europeia.

Será um protesto contra “uma oposição que não sabe fazer mais nada do que combater quem combate a crise”, frisou o cabeça de lista do PS.

Num encontro que teve lugar, no dia 22 de Maio, na Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, o candidato afirmou que o Governo de Sócrates está a combater a recessão com “eficácia, determinação,

convicção e resultados”.

“Não é por acaso que Portugal está melhor do que a média europeia em termos de recessão, de crescimento e de desemprego”, considerou o constitucionalista de Coimbra.

Durante este primeiro discurso, Vital criticou também a hegemonia de direita que actualmente existe na UE, pela forma “negativa” com que encara a crise mundial, uma vez que “desvalorizou a supervisão do sistema financeiro”.

De referir ainda que Vital Moreira começou a campanha eleitoral do PS para as europeias de 2009, no dia 22, em Portimão, visitando o Autódromo Internacional e o mercado local, tendo depois almoçado na Universidade do Algarve com professores e investigadores e tendo andado pelas ruas de Faro.

A campanha socialista prossegue ao longo desta semana e culmina na sexta-feira, 5 de Junho, com um grande comício em Lisboa para o qual o PS está a mobilizar os seus militantes e simpatizantes.

# Mais valências médicas no novo Hospital da Guarda

O NOVO Hospital da Guarda vai responder mais e melhor às necessidades da população que serve, afirmou a ministra da Saúde, Ana Jorge, no passado dia 29 de Maio, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra desta valência hospitalar, que foi presidida pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

A obra implica um investimento de 40 milhões de euros e vai permitir o acesso a cuidados de saúde mais modernos, mais acessíveis e mais humanizados e melhor articulados com os cuidados de saúde primários e com a rede de cuidados continuados, inserindo-se num processo que dignifica o Serviço Nacional de Saúde.

O novo Hospital da Guarda, que será dotado de 266 camas, terá também novas especialidades, de que são exemplo a Urologia e a Imagiologia e mais meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Além da prestação de cuidados diferenciados de natureza curativa e de reabilitação, o novo Hospital da Guarda irá também prestar apoio ao ensino médico pós-graduado e de enfermagem pré e pós-graduado.

Sobre o empreendimento, Ana Jorge salientou que, “com mais de cem anos, o Hospital Sousa Martins é uma referência na região centro, quer pelo empenho dos seus profissionais quer pela qualidade dos cuidados prestados”.

Mas, “face ao aumento da procura registada e ao estrangulamento das estruturas existentes, a renovação das suas instalações passou a ser uma necessidade há muito sentida e que hoje fica mais próxima de se tornar realidade”, realçou a ministra, para quem as obras de requalificação recen-



temente iniciadas acarretarão evidentes benefícios.

## Cuidados Continuados vão chegar a todo o país

O território nacional ficará em breve coberto pela rede nacional de Cuidados Continuados, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates. “Três anos depois, temos em funcionamento mais de três mil camas. Não é ainda o suficiente, mas estamos num caminho de progresso e de desenvolvimento desta resposta de saúde que nos vai levar a cobrir todo o território nacional muito rapidamente”, disse.

O primeiro-ministro falava em Aguiar, concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora, na inauguração de uma nova unidade de Cuidados Continuados Integrados,

designada “Companhia dos Avós Residência Sénior”.

Segundo referiu José Sócrates, a Rede Nacional de Cuidados Continuados é “uma das mais importantes reformas” destes quatro anos de governação socialista.

“Há muito que o problema existia. O que não existia era a resposta política a esse problema”, frisou o primeiro-ministro, sublinhando que os idosos destinatários das unidades já criadas são “as melhores testemunhas” de que esta reforma “melhorou o acesso à saúde”.

José Sócrates realçou também o facto de este investimento ter carácter privado, integrado numa rede que “é do Estado, mas não é gerida pelo Estado”, resultando de uma parceria com as Misericórdias e privados.

“E ainda bem. O que o Estado pretende é que todos possam ter

acesso a estes cuidados de saúde. Faz-se desta forma porque a proximidade é muito importante e não há nada que dispense essa proximidade para ter uma melhor gestão e para ter humanidade”, afirmou.

Também presente na cerimónia, a ministra da Saúde, Ana Jorge, referiu que nos Cuidados Continuados, o Estado, que paga 85 euros por cama, “não fica lesado” com estes contratos.

“Obviamente que as entidades privadas têm de dar lucro, vivem disso. O que o Estado faz é um processo de contratualização e, quem tem que gerir, tem que gerir bem”, disse.

Relativamente à Rede Nacional, Ana Jorge apontou como objectivo que, até final do ano, existam “cinco mil camas” e respostas para “oito mil pessoas”, incluindo também doentes com apoio domiciliário integrado.

# Governo socialista prossegue aposta em investigação e ciência

O INVESTIMENTO em ciência e investigação vai continuar, reiterou o primeiro-ministro, José Sócrates, já que, frisou, nesta aposta está a resposta para ultrapassar as actuais dificuldades da economia.

A garantia foi dada pelo chefe do Governo na sessão de lançamento da parceria entre faculdades de Medicina e laboratórios portugueses e a Universidade de Harvard.

“A aposta na ciência e na investigação e desenvolvimento vai continuar. E vai continuar apesar da crise económica, ou melhor, sobretudo por causa da crise económica. Este é o momento para afirmar que a resposta a esses problemas se deve fazer com a aposta no conhecimento, na ciência e numa melhor educação”, disse José Sócrates.

Para o primeiro-ministro, a



aposta nesta área impõe-se ainda porque os investimentos em ciência e investigação exigem “continuidade ao longo dos anos” e porque são importantes para

impedir um retrocesso no modelo de desenvolvimento do país.

“Não queremos regressar a um modelo de desenvolvimento assente numa competitividade baseada

em baixos salários ou na produção de bens de fraco valor acrescentado. Queremos progredir e evoluir e transformar o nosso país cada vez mais num país de oportunidades”, disse.

Esta parceria, acrescentou Sócrates, faz parte da aposta “no conhecimento e no potencial científico” e constitui um “instrumento vital para Portugal se afirmar na economia global”, porque, reafirmou, “não há sucesso económico sem uma aposta na ciência ou sem uma prioridade ao ensino”.

Perante uma plateia de académicos e investigadores, o primeiro-ministro realçou ainda o facto de Portugal destinar hoje para a investigação e desenvolvimento “mais de 1% da riqueza produzida no país”.

## OPINIÃO

MANUEL OLIVEIRA

Membro da Comissão Nacional do PS  
Membro da Corrente de Opinião “Esquerda Socialista”

## POR UMA EUROPA SOCIAL VOTAR PS É VITAL

A EUROPA vive uma profunda crise económica, com milhões de desempregados e recessão em vários países. O Tratado de Lisboa, determinante para a organização da UE, arrasta-se, existindo dificuldades de entendimento sobre o “Projecto Europeu”. Daí a necessidade de uma liderança forte para Europa, uma das razões da importância destas eleições.

A influência da Europa na vida dos estados-membros é cada vez maior. Hoje em dia, nada se faz sem o PE e nada se faz contra o PE. Todavia, há um alheamento das questões europeias, destas eleições. Só se lembra a Europa por causa dos fundos estruturais, e

É urgente apostar em políticas sociais que defendem o emprego de qualidade, que apostem na sustentabilidade ambiental, na erradicação das desigualdades

devia-se discutir o destino destes. Mais do que se julga, dependemos mais do que nunca do que se decide nos órgãos europeus, sendo certo que cerca de 80% das leis que se nos aplica são oriundas da UE. Daí a importância do que está em causa.

O Parlamento Europeu, é maioritariamente centro direita, apologeta e responsável pelo modelo neo-liberal vigente, em colapso e descrédito, a cujas famílias políticas pertencem o PSD e o CDS. Onde têm andado estas forças políticas, agora tão preocupadas com as famílias portuguesas?

É necessário uma viragem da política neo-liberal. É preciso combater os paraísos fiscais, tomar medidas de supervisão e regulação dos mercados financeiros. É urgente apostar em políticas sociais que defendem o emprego de qualidade, que apostem na sustentabilidade ambiental, na erradicação das desigualdades. É urgente apostar em economias sociais como, por exemplo, reinventar o cooperativismo. Daí a importância destas eleições.

Se há quem hesite em ir votar nas eleições europeias, ou hesite em quem votar, pelos razões expostas sem dúvida que o ideário do Partido Socialista e a qualidade dos seus candidatos justificam o voto dos portugueses.

Porque votar é Vital, dia 7 de Junho, votar no Partido Socialista é fundamental.

## OPINIÃO



**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*O novo Código Florestal constitui um momento de mudança do paradigma, de viragem rumo ao futuro, determinante para a sustentabilidade da floresta e do sector*

## O NOVO CÓDIGO FLORESTAL MAIS UM PASSO PARA A MUDANÇA DE PARADIGMA DO SECTOR FLORESTAL

NO PASSADO dia 22 de Maio, o plenário da Assembleia da República virou uma página na história florestal de Portugal. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovou no Parlamento o Código Florestal que o sector há tantos anos reclamava.

Na Europa do Sul, apenas Portugal ainda não dispunha de um instrumento legislativo completo que regulasse a actividade florestal. Uma actividade que tem um grande impacto na economia, no emprego, no ambiente e no território – 38% do nosso país é ocupado por floresta.

O Código Florestal que a Assembleia da Republica aprovou, decorrente de uma iniciativa legislativa do Governo, é um diploma moderno e flexível, que se adequa aos desafios actuais da floresta portuguesa e que responde às preocupações do sector e da sociedade civil perante a floresta.

Só para dar uma ideia do alcance desta iniciativa, são mais de 60 diplomas que irão ser revogados, alguns dos quais estavam em vigor desde o início do século passado, alguns datam de 1901 e 1903. Verdadeiros anacronismos, incompatíveis com os desafios que se colocam actualmente ao sector florestal.

De facto, o novo Código Florestal constitui um momento de mudança do paradigma, de viragem rumo ao futuro, determinante para a sustentabilidade da floresta e do sector. Mais do que a compilação num único diploma de todo um vasto conjunto de legislação dispersa, este Código confere a necessária reorganização legislativa para uma actuação proficua da Autoridade Florestal Nacional na regulação do sector.

O Código Florestal estabelece um enquadramento legislativo do sector, organizado segundo seis componentes fundamentais: Orientações de Política Florestal, Planeamento, ordenamento e gestão florestal, Regime florestal, Protecção do património silvícola, Valorização dos recursos florestais e por fim, o novo regime contra-ordenacional.

Para uma melhor percepção da importância do Código Florestal, gostaria de enfatizar algumas das inovações que este diploma introduz na regulação do sector:

- ao nível das orientações de política, confere provisão legal à Estratégia Nacional para as Florestas, consolida o planeamento florestal e consagra na Lei o Inventário Florestal Nacional, instrumento imprescindível para a definição das políticas públicas florestais;

- ao nível da gestão florestal, estabelece a obrigatoriedade de realização de operações silvícolas mínimas e de apresentação de Planos de Gestão Florestal. Para proteger as florestas é fundamental assegurar a sua gestão activa e profissional;

- promove um novo conceito para o regime florestal. Era anacrónica a visão que regulava este regime, datada do início do século XX. O novo regime florestal mantém o Regime Florestal Total (Matas do Estado) e Parcial (Baldios e autarquias) e cria o Regime Florestal Especial, como a solução lógica para a salvaguarda dos milhões de euros de dinheiros públicos e comunitários que têm sido investidos na floresta portuguesa;

- estabelece novas regras para a desafectação dos terrenos do regime florestal total e parcial. Ainda no âmbito do regime florestal, com este diploma, a desafectação do uso do solo em espaços florestais arditos passa a ser interdita por 15 anos.

- promove o reforço da protecção ao sobreiro e azinheira, cujos cortes ilegais passam a motivar a interdição da alteração do uso do solo por 30 anos. Estas espécies florestais são fundamentais para a economia, designadamente o sobreiro, para a conservação da natureza e para o combate à desertificação no interior do país;

É por isso que tenho a convicção de que este Código Florestal está no caminho certo para suportar um novo modelo de políticas públicas florestais, que permitam fomentar o investimento privado no sector e assim obter a tão almejada sustentabilidade da floresta portuguesa, geradora de mais riqueza e de mais emprego.

## INICIATIVA

# Socialistas avançam com lei que reforça direitos dos doentes

O PARTIDO Socialista apresentou e viu aprovado no Parlamento na generalidade, baixando agora à Comissão de Saúde, um projecto de lei que consagra o “testamento vital”, uma nova figura jurídica que vai permitir que um adulto que se encontre na posse de todas as suas faculdades, possa, através de uma declaração antecipada, determinar quais os cuidados de saúde que deseja ou não receber, em fase terminal, caso se encontre, na altura, incapaz de prestar o consentimento informado de forma autónoma.

Trata-se de instituir a existência no mundo jurídico de uma declaração antecipada da vontade e do direito dos doentes à informação, incluindo o acesso ao processo clínico.

O direito dos doentes à informação e ao consentimento informado é o objectivo desta iniciativa legislativa.

Foram estes os princípios que presidiram à elaboração, por parte do Partido Socialista, deste projecto de lei, “e absolutamente mais nenhum”, como viria aliás a reforçar a deputada Maria de Belém Roseira, uma das responsáveis por esta iniciativa legislativa.

Na perspectiva dos socialistas, este diploma visa “densificar direitos de personalidade”, algo que, recordam, já existe na lei e em convenções internacionais entretanto ratificadas por Portugal, permitindo um reforço dos direitos dos doentes e da sua autodeterminação, face a uma aceitação ou a uma recusa de intervenções médicas, sobretudo as que prolonguem desnecessariamente a vida, disposições



que deverão ficar ressalvadas no testamento vital.

Pretende-se, desta forma, regular os direitos dos doentes, no exercício da sua autonomia, em relação ao seu processo clínico e na prestação de cuidados de saúde através do consentimento informado, aplicando-se nas relações jurídicas de direito privado e de direito público.

Para se entender o alcance das medidas aqui consagradas refira-se, por exemplo, que se um doente decidir que não quer receber tratamentos demasiado invasivos mesmo que isso signifique a sua eventual morte, o médico tem de respeitar a decisão.

Como referem os autores deste diploma, a declaração de vontade, a exemplo do que já suceder noutros países, é concretizada por escrito e terá obrigatoriamente que ser respeitada pelo médico, seguindo contudo um conjunto de critérios que passam, designadamente, pelo grau de conhecimento que o outorgante tinha do seu estado de saúde,

da natureza da doença e da sua evolução, e ainda, do rigor com que são descritos os métodos terapêuticos que se pretendem recusar ou aceitar, mas também da data da sua redacção e das demais circunstâncias, por forma a permitir “avaliar o grau de convicção com que o declarante manifestou a sua vontade”.

Para a deputada e ex-ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, este projecto-lei, não só não trata, como está longe de pretender abordar a discussão da eutanásia, recusando aquela responsável parlamentar que este assunto se possa sequer enquadrar “ou que esteja a abrir caminho” para uma futura discussão à volta deste tema, pois este momento não é adequado para o fazer, uma vez que não há mandato para avançar na matéria.

Trata-se, simplesmente, como frisou, de legislação que pretende garantir o direito à autodeterminação do doente, o que nada tem a ver, sublinhou ainda “com uma discussão sobre a eutanásia”. **R.S.A.**

## Vitorino apoia projecto europeu

PORTUGAL tem de longe mais condições para enfrentar e vencer as adversidades que se têm vindo a colocar ao país estando integrado na União Europeia, do que, como algumas forças políticas parece que desejam, se for “apenas uma força birrenta, quezilenta ou marginal”, disse António Vitorino, que manifestou o seu total apoio ao projecto europeu.

O ex-comissário europeu falava numa conferência sobre o futuro da União Europeia, iniciativa que encerrou o curso de formação da Fundação Respublica a que preside, intitulado “O projecto europeu”.

Há duas coisas, disse, “de que tenho a certeza”: por um lado, que os portugueses vão ser capazes de vencer as condições adversas com que se defrontam, e, por outro lado, que o país dispõe hoje “de melhores condições para vencer a adversidade se estiver na



carar os desafios do futuro em melhores condições” designadamente, porque o país passará a poder contar instrumentos “mais poderosos do que aqueles com que contava no passado”.

Na opinião deste destacado dirigente socialista, a União Europeia “é uma ne-

gociação permanente” sendo também verdade, como sublinhou, que o projecto europeu, não significa nem é sinónimo de que se deixe de defender os interesses nacionais.

Significa, isso sim, “que os interesses nacionais convivem de forma harmoniosa no conjunto europeu” e que os potenciais conflitos de interesses são regra geral “dirimidos ou evitados através de um processo negociado regulado pelo Direito”. **R.S.A.**

UE do que fora dela”.

O socialista considerou ainda como uma medida essencial a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, referindo que a União Europeia com esta iniciativa “ganha credibilidade” à luz dos seus próprios cidadãos e da comunidade internacional.

É tempo de mostrar que o Tratado de Lisboa constitui uma plataforma “que nos permite en-



# Portugal é o país mais competitivo do Sul da Europa

SEGUNDO as conclusões do último relatório divulgado pelo IMD (Institute for Management Development), organismo localizado na Suíça, e publicadas no World Competitiveness Yearbook 2009, Portugal subiu em 2009 três posições em relação ao ano transacto no *ranking* da competitividade, ultrapassando países como a Espanha, Itália e a Grécia, tornando-se o país mais competitivo do Sul da Europa.

Segundo este relatório, o comportamento de Portugal, neste particular, no quadro da União Europeia, só é comparável à Alemanha e à Suécia, países que igualmente progrediram três posições.

O nosso país integra assim o grupo dos cinco nações da UE que registaram uma acentuada subida neste *ranking*, tendo até invertido a tendência que se vinha a verificar até 2007, ano em que as medidas do Plano Tecnológico começaram a ter impacto directo nas diversas variáveis que determinam o índice de competitividade agora divulgado pelo IMD.

Numa lista de 57 países, Portugal ocupa agora neste ranking a 34ª posição, três lugares acima



da classificação que registava no ano passado.

Se considerarmos apenas os países da União Europeia, este relatório situa Portugal no 16º lugar, tendo subido duas posições ao ultrapassar a Espanha e a Estónia, sendo aliás um dos países da UE que mais subiu neste *ranking*.

Para que se tivesse verificado esta acentuada melhoria, muito terá contribuído, diz o relatório do IMD, por um lado, uma acentuada

melhoria da performance económica, e por outro lado, a qualidade das infra-estruturas básicas que foram essenciais para a subida global de Portugal, mas também pela sua competitividade nos custos, no enquadramento legal e social e pelas suas infra-estruturas tecnológicas.

O IMD destaca ainda a competitividade de Portugal nos preços, educação, legislação económica, enquadramento institucional, saúde e ambiente. **R.S.A.**

## Sócrates elogia investimento em redes de nova geração

O INVESTIMENTO que o país está a desenvolver nas redes de telecomunicações de nova geração, é “absolutamente decisivo” para a competitividade “da nossa economia”, designadamente, como sublinhou o primeiro-ministro, num período em que o país “tanto precisa da criação de novos empregos e de novos negócios para as empresas” que sejam sustentáveis e que abram novas perspectivas de consolidação do tecido empresarial português.

Sócrates recordou, a este pro-

pósito, que “um pouco por todo o mundo os países estão a apostar nas redes de nova geração, sendo esta mais uma razão, disse, “porque nós queremos ser dos primeiros a construir essa infra-estrutura”.

Na sua opinião, esta escolha assume-se como fundamental tendo em vista a competitividade de Portugal, referiu ainda o primeiro-ministro, assumindo por isso um carácter ainda mais determinante, sobretudo numa altura de crise como aquela que o mundo está a atravessar, ajudando a ampliar

as oportunidades no sentido de aumentar a competitividade dos negócios a muitas empresas.

O chefe do Executivo falava durante uma visita que efectuou à unidade de Arcozelo, em Vila Nova de Gaia, no distrito do Porto, do grupo de cabos eléctricos e de telecomunicações Cabelte, onde se deslocou depois de ter realizado algumas visitas de trabalho na região, e de ter acompanhado os trabalhos de instalação da rede de fibra óptica da PT em Matosinhos. **R.S.A.**

## Aprovada reforma do Instituto Camões

O CONSELHO de Ministros aprovou a reestruturação do Instituto Camões, passando este organismo a integrar nas suas atribuições o ensino do português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário.

Esta decisão compreende ainda, para além da integração da rede de todos os graus de ensino da língua portuguesa, uma maior autonomia financeira com o reforço das receitas próprias.

Pretende-se assim, diz o Governo, valorizar o legado histórico do português, afirmando-o como

língua de comunicação internacional.

Com esta reestruturação, é ainda sublinhada a necessidade de reflectir o carácter transversal das áreas de actuação do Instituto Camões, garantindo a indispensável articulação com diversos departamentos governamentais, designadamente com a Educação, Cultura, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Juventude, Comunicação Social e Economia.

Na sua orgânica é criado um conselho estratégico integrado por representantes de cada uma áreas

governamentais referidas a que se juntam individualidades de reconhecido mérito intelectual.

Os objectivos aprovados em Conselho de Ministros inerentes aos decretos de reforma do Instituto Camões, foram apresentados pelos ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, e da Cultura, Pinto Ribeiro.

Com esta reforma, sublinhou o ministro Luís Amado, pretende-se apostar numa nova estratégia tendo em vista valorizar o papel da língua portuguesa no mundo, tornando-a uma vocação universal. **R.S.A.**

### OPINIÃO



**JOSÉ LAGIOSA**  
lagiosa@mail.pt

Membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco

*A participação na votação, qualquer que seja a eleição em causa, é um direito, um dever e a grande oportunidade de fazer ouvir a nossa voz*

## VOTAR É UM DIREITO, MAS TAMBÉM UM DEVER VOTAR, VOTAR, VOTAR!

POR ESTES dias, dei comigo a remexer nas memórias relativas à minha juventude e vieram à tona algumas imagens, entre elas a das liberdades negadas aos portugueses pelo Estado Novo, nomeadamente a negação do direito ao voto livre e universal. Muitos dos nossos concidadãos lutaram e morreram em luta pela devolução dos direitos cívicos e políticos a que o nosso povo tanto almejava. Até que a liberdade veio naquela madrugada de 25, pelas mãos e armas dos capitães de Abril.

Hoje passadas mais de três décadas, e próximos do primeiro de três actos eleitorais a que vamos ser chamados, vejo com tristeza e preocupação que os portugueses, cada vez mais, se alheiam dos seus direitos e deveres de cidadania. No caso das eleições europeias, então esse alheamento é cada vez maior.

Abdicar do direito de votar é abdicar de um dever intrínseco conferido pelo regime democrático, mas é acima de tudo alienar uma boa parte da cidadania que deveria estar na primeira linha da nossa vida.

Não basta reclamar quando os nossos interesses individuais são beliscados.

Reclamar por reclamar tira-nos grande parte da razão. E se no dia a dia da vida do país, nos alheamos dos nossos deveres de cidadania, então seguramente estamos a hipotecar o que poderia sobrar de razão.

Demitir-nos da participação cívica, nomeadamente não votando, é demitir-nos de uma boa dose de cidadania. A cidadania consolida-se aos poucos e poucos das mais diferentes formas e combater a abstenção em actos eleitorais, é uma dessas formas. A participação na votação, qualquer que seja a eleição



em causa, é um direito, um dever e a grande oportunidade de fazer ouvir a nossa voz.

Nestas eleições estão em causa as políticas europeias. É disso que verdadeiramente se trata. Não votar é ignorar uma parte importante de tudo o que nos diz respeito em matéria de Europa. Não votar é dizer, ainda que por omissão, que não nos importamos com o nosso futuro europeu. É, em última análise renegar o legado dos militares de Abril.

Eu importo-me! Por isso lá estarei no dia 7 de Junho, como forma, entre outras, de fazer a minha opção consciente, colocando mais um tijolo na construção da minha cidadania, construção essa que nunca acaba desde o momento em que começamos a ter consciência cívica até ao último dia das nossas vidas. E que seja também um tributo a quem tão generosamente nos devolveu, entre outros, já lá vão 35 anos, o direito a votar.

Hoje, mais do que nunca, para além de portugueses somos também europeus...

... e porque não abdicar dos meus direitos, não renego os meus deveres e podem estar seguros que nunca por nunca hipotecarei a minha capacidade de ser um cidadão cada vez melhor, seja aqui em Portugal ou em qualquer ponto desta Europa comunitária.

Votar nas próximas eleições é pois, obrigatório. Mesmo quando parece estar certo o vencedor. É nestas alturas, que se torna ainda mais importante a nossa participação. Não há vencedores antecipados!

Vamos, pois, todos em força às urnas, numa demonstração clara que os portugueses, quando querem, são cidadãos empenhados, participativos e conscientes dos seus direitos e deveres, ganhando com isso, a força que a sua participação cívica, necessariamente lhes conferirá.

# Mulheres socialistas do Porto debateram políticas de família

A IDEIA de que o Governo tem sabido corresponder, através de um vasto conjunto de medidas de âmbito social, às expectativas e às necessidades das famílias e das mulheres foi a nota dominante das intervenções feitas no debate “As Políticas de Família, Nacionais e Europeias”, organizado pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas do Porto, na Fundação Cupertino de Miranda, que contou com a presença de Fernando Medina, Elisa Ferreira, Manuel dos Santos e Maria de Lurdes Ruivo.

Com este debate, aberto a toda a população, o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas pretendeu comemorar o Dia Internacional da Família, assinado a 15 de Maio desde 1994, e cujo tema deste ano é “As Mães e a Família: desafios num mundo em mudança”.

Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego, na sua intervenção, começou por sublinhar que não é possível falar de políticas de família, sem abordar a actual crise económica, financeira e social que vivemos, e neste sentido fez uma breve explanação sobre as principais causas que nos conduziram a esta situação de crise mundial.

No combate à mesma, Fernando Medina referiu que o Governo do PS tem optado por políticas sociais direccionadas para grupos específicos.

E neste sentido, referiu algumas das inúmeras medidas sociais colocadas em prática nesta legislatura e que contribuíram decisivamente para a melhoria de vida das famílias e das mulheres, tais como o



aumento do salário mínimo nacional, o complemento solidário para idosos que já abrange mais de 200 mil beneficiários, a introdução do abono pré-natal e duplicação ou triplicação do abono para o 2º e 3º filho e apoios na acção social escolar para muitas mais famílias portuguesas.

O secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional elencou mais um conjunto de medidas sociais que possibilitaram a muitas mulheres conciliar a vida profissional e o apoio à família.

Alargamento das licenças de maternidade e parentalidade, alargamento das licenças para assistência à família, adaptabilidade

de tempo de trabalho, a introdução da flexibilidade de horários de trabalho e a rede de equipamentos sociais ao abrigo do Programa Pares foram alguns dos exemplos apontados.

Com as medidas tomadas, acrescentou Fernando Medina, o Governo socialista pretende mais igualdade, mais justiça, mais hipóteses de conciliação da vida familiar e profissional e sobretudo mais igualdade para homens e mulheres.

Por seu turno, a eurodeputada e candidata à Câmara do Porto, Elisa Ferreira, salientou a importância do Dia Internacional da Família e a evolução que a mesma tem regis-

tado numa sociedade em constante mudança.

Na sua intervenção, centrada nas mulheres e nas suas potencialidades, Elisa Ferreira referiu que apesar de Portugal registar elevadas taxas de participação da mulher no mercado de trabalho, estas nunca foram verdadeiramente apoiadas pelas políticas sociais.

No entanto, frisou a eurodeputada, o conjunto de medidas sociais agora desenvolvidas pelo Executivo de José Sócrates vêem reconhecer o papel activo da mulher na família e na sociedade, apoiá-las e aliviar a sua sobrecarga de trabalhos.

Elisa Ferreira afirmou ainda que os novos conceitos de família

têm de ser reflectidos nas políticas sociais, que o apoio às famílias é um prioridade nacional e europeia e que na agenda dos partidos de esquerda a igualdade de géneros estará sempre presente.

Já o eurodeputado Manuel dos Santos explicou que embora seja a União Europeia a definir as grandes ideias orientadoras, cabe aos Estados nacionais decidir sobre as políticas de família a adoptar, salientando que Portugal tem evoluído extraordinariamente nesta área.

Referindo que a União Europeia e Portugal estão atentos às políticas de família, Manuel dos Santos realçou, neste contexto, a importância da Carta dos Direitos Fundamentais, assinada em 2000.

“No seu artigo 33º, esta Carta alarga os direitos fundamentais das mulheres, à luz da nova realidade social e consagra o direito de todos a conciliar a vida familiar e profissional, sem obstáculos e sem represálias”, disse.

Reconhecendo a importância da União Europeia, e o seu papel activo na definição das grandes orientações para a elaboração de todas as políticas nacionais, Manuel dos Santos apelou à participação de todos nas próximas eleições europeias.

Maria de Lurdes Ruivo, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas do Porto, a quem coube a abertura dos trabalhos, destacou o papel activo da mulher no seio da família e na sociedade e a percepção do Governo desta realidade, através de um conjunto de medidas que tem vindo a lançar para melhorar e apoiar o papel da mulher. **J. C. C. B.**

respublica  
FUNDAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO LABORAL  
O MODELO DE RELAÇÕES LABORAIS PORTUGUÊS

INSCRIÇÕES  
ABERTAS

## APRESENTAÇÃO

O curso pretende apresentar a lógica e os aspectos fundamentais da recente reforma das relações laborais, enquadrando-os na evolução e nos desafios do caso português e nos termos do debate internacional sobre as transformações e regulação do mercado de trabalho.

## METODOLOGIA

Uma conferência e quatro módulos, de duração variável, ao longo de quatro semanas.

## PROGRAMA

**Módulo 1.** Mercado de trabalho e regulação laboral: o caso português  
Formador: António Dornelas (Sociólogo, ISCTE)  
Datas das Sessões: 15 e 16 de Junho, das 20 às 22 horas, no ISCTE

## Módulo 2.

A conflitualidade laboral  
Formador: João Correia (Advogado)  
Data da Sessão: 18 de Junho, das 20 às 22 horas, no ISCTE

**Módulo 3.** Produtividade, custos e políticas salariais  
Formador: Sílvia Sousa (Economista, Universidade do Minho)

Datas das Sessões: 23 e 25 de Junho, das 20 às 22 horas, no ISCTE

**Módulo 4.** Mudanças legislativas 2003-2008  
Formador: Carlos Domingues e Sofia Amaral (Juristas da área do Trabalho)

Datas das Sessões: 30 de Junho e 2, 6 e 7 de Julho, das 20 às 22 horas, no ISCTE

## Conferência de encerramento:

José António Vieira da Silva, Economista, Ministro do Trabalho e Solidariedade Social  
9 de Julho, às 20 horas, no ISCTE

## NOTA

A conferência de encerramento será aberta não só aos formandos, mas também a convidados e à comunicação social.

## INSCRIÇÃO

Envie a sua candidatura para geral@fundacaorespublica.pt  
Duração: Quatro semanas (20 horas);  
Número de vagas: 50 (preenchimento de vagas de acordo com a data de entrada da candidatura)  
Matrícula: 50 euros  
Pagamento: Por transferência bancária para a conta da Fundação, de acordo com informação enviada na mensagem de confirmação da aceitação da candidatura.

Renato Matos, candidato à Câmara da Póvoa de Varzim

## “Apostar no turismo, na área social e na reabilitação urbana”

Nas próximas eleições autárquicas, os poveiros que entenderem que é “desejável e possível uma mudança” têm no PS “a única alternativa válida” ao actual Executivo camarário “sem capacidade de resposta para os problemas do município e com uma atroz insensibilidade social”, afirma Renato Matos, candidato do PS à presidência da Câmara da Póvoa de Varzim que, em entrevista ao “Acção Socialista”, aponta como prioridades do seu programa uma política de turismo “mais arrojada”, uma aposta na área social, com medidas de apoio às famílias mais carenciadas, ao comércio local e às pequenas e microempresas, e um forte investimento na reabilitação urbana.

**Uma das principais bandeiras da sua candidatura é a criação da marca turística “Póvoa de Varzim”. Qual o objectivo?**

A Póvoa de Varzim sempre foi uma referência no turismo nacional, sendo um destino muito procurado no Noroeste Peninsular, mas o mundo mudou, as cidades perceberam a importância para as suas economias da actividade turística e passaram a competir entre si na oferta. Os patamares de exigência na qualidade da oferta turística aumentaram e a Póvoa não conseguiu acompanhar essa mudança. Nas duas últimas décadas a cidade perdeu importância e competitividade naquele que é o sector-chave da economia local.

É, assim, vital para a economia do concelho inverter esta tendência, criando a marca turística “Póvoa de Varzim”, envolvendo o sector empresarial local e a população em geral nesse desígnio, desenvolvendo as condições para elevar para outros patamares qualitativos a oferta turística existente.

**Sendo o turismo o sector-chave da economia poveira, que projectos e iniciativas tem programadas para potenciar esta área sem pôr em causa um desenvolvimento sustentável?**

Com vista a elevar a qualidade da nossa oferta e atracção turísticas entendemos ser fundamental a requalificação da nossa frente urbana marítima, ampliando a marina até ao actual porto de pesca, com a criação de uma zona para restauração e locais de animação de qualidade. É fundamental a promoção de zonas de estar, convívio, socialização e diversão em zonas nobres da cidade e bem definidas através de uma estratégia que procure devolver o mar e o espaço público a uma fruição tão generalizada e diversificada quanto possível.

Neste escopo é necessária a requalificação das zonas balneares na parte norte do concelho e repensar a ocupação das praias e dos equipamentos de apoio.

Entendo ser também necessária a captação de investimentos para equipamentos de qualidade no domínio hoteleiro (SPA, talassoterapia) e a criação de uma casa museu do Mar

que preencha as lacunas culturais da Póvoa.

**Um das apostas da sua candidatura é a área social. Que medidas estão previstas para apoiar os cidadãos e as famílias de mais baixos rendimentos, na actual conjuntura de crise económica?**

A Póvoa é o concelho do Grande Porto com menor rendimento por habitante, com menor índice de poder de compra concelhio e com a população menos qualificada. São dados muito preocupantes. Se eu fosse presidente da Câmara nesta altura estaria bastante preocupado, mas infelizmente vemos hoje uma autarquia sem capacidade de resposta para os problemas do município e com uma atroz insensibilidade social. Temos de intervir rapidamente com medidas objectivas e imediatas. Desde logo um pacto fiscal municipal extraordinário para os próximos dois anos que contemple uma diminuição do tarifário da água para pensionistas mais carenciados e para as famílias cujo agregado esteja em situação de desemprego. Da mesma forma é imperioso diminuir as taxas de ligação ao saneamento (das mais altas do país).

Para além deste pacto fiscal municipal, pretendo criar um gabinete de crise para apoio ao comércio local e às micro e pequenas empresas para estimular a economia local e incentivar a criação de emprego. Assim, pretendo isentar o comércio local das taxas de publicidade e estabelecer protocolos com o sector empresarial local com vista à contratação de desempregados do nosso concelho.

**Uma das suas apostas é a revitalização do parque habitacional. Em que moldes se vai processar esse objectivo?**

Quer por uma questão económica e turística mas essencialmente por uma questão social, é importante que a autarquia faça um investimento na reabilitação urbana. Acho que pode ser importante tentar encontrar formas de renovação de fachadas, sobretudo nas principais artérias da cidade (Av. Mouzinho de Albuquerque e Av. Vasco da Gama) e incentivos aos moradores para o fazerem de forma concertada e relacionada com uma imagem definida para a cidade. Por

outro lado, é necessário que se incentive os proprietários na requalificação dos seus imóveis, isentando-os do pagamento do IMI por um período de dois anos após as obras. Por fim, também numa lógica social, pretendo implementar o apoio à pequena obra e à pequena reparação doméstica, que consiste num apoio da autarquia através dos seus funcionários, em parceria com as Juntas de Freguesia, para pequenas reparações nas habitações mais degradadas.

Sou também um defensor do direito à arquitectura, como tal, pretendo instituir um prémio anual de arquitectura da cidade, de forma a promover a qualidade arquitectónica dos nossos edifícios.

**Quais são, na sua opinião, os principais trunfos que o PS dispõe para conquistar a autarquia?**

A Póvoa de Varzim é o único concelho do distrito do Porto onde o Partido Socialista nunca ganhou nenhuma eleição. Sei, portanto, das dificuldades que me esperam, porque sociologicamente este concelho é muito conservador.

Alguns louvam-me a coragem pelo embate, mas eu não tinha era coragem de ver a minha terra ficar para trás a cada dia que passa e nada fazer.

Nas próximas eleições autárquicas, os poveiros serão confrontados com uma decisão muito simples: quem estiver contente com o rumo do nosso concelho deverá legitimamente votar no actual presidente da Câmara, quem entender que é desejável e possível uma mudança tem no Partido Socialista a única alternativa válida. O Partido Socialista na Póvoa de Varzim é composto por homens e mulheres que nos últimos anos têm, não só, feito um levantamento exaustivo dos problemas do concelho, mas também apresentado propostas que de forma séria e sustentada, possam ir de encontro aos anseios e expectativas mais legítimas da população.

É essa seriedade que depositamos no exercício da actividade política, não caindo na tentação da demagogia fácil, fazendo um esforço contínuo para consolidarmos técnica e politicamente a nossa intervenção, que faz com que cada vez mais cidadãos da nossa terra olhem para o PS como um fiel depositário das suas esperanças.



**Quais as vão ser as principais prioridades do programa socialista para a Câmara?**

Para além da questão social e da clara aposta numa política de turismo mais arrojada e de acordo com o legado e as potencialidades turísticas da Póvoa de Varzim, tal como já aqui expus, o futuro programa de governo local da nossa candidatura terá uma especial preocupação com a excessiva carga fiscal municipal que a autarquia sacrifica a população, (Água, lixo e saneamento mais caros do país), procurando que essa carga fiscal seja mais de acordo com as reais possibilidades financeiras da população, assumindo assim o escopo de sermos mais exigentes na gestão dos dinheiros públicos, a começar pela alteração da política de recursos humanos da autarquia.

Outra prioridade que o Partido Socialista assumiu já há algum tempo é uma nova política de mobilidade, mais consentânea com uma melhor qualidade de vida da população, com a criação de uma rede de ciclovias, duma rede urbana e suburbana de transportes públicos ecológicos e adoptando o conceito de park and ride nas zonas limítrofes da cidade.

Outra grande prioridade da minha candidatura é a introdução de uma abordagem ou concepção do exercício do poder local, onde se instigue a participação política dos cidadãos utilizando instrumentos como o orçamento participativo e a figura jurídica do referendo local.

**O que podem esperar os municípios de Renato Matos à frente dos destinos da Câmara?**

Os poveiros conhecem-me. Sabem que não apareci agora a falar dos problemas do concelho, só porque estamos num período pré-eleitoral. Tenho estado na linha da frente na defesa da minha terra mesmo quando para isso tenho que tomar posições contra o meu próprio partido, como foi o caso da luta contra a introdução de portagens na IC1.

Penso que chegou a altura de termos um Presidente que diga a verdade sobre as escolhas que temos de fazer e os problemas que temos pela frente. É por isso que nas próximas eleições o que estará em jogo é muito mais do que a vitória deste ou daquele partido,

mas antes a necessidade de romper com um passado de imobilismo e narcisismo dos actores políticos. Comigo, desde logo, os poveiros sabem que haverá uma nova concepção de exercício do poder, onde se promova a participação cívica da população nas grandes opções do nosso concelho e na gestão da coisa pública.

Comigo, os poveiros sabem que terão na autarquia um parceiro nas suas ambições e não um obstáculo, como acontece agora tal a ânsia de arrecadar receita fiscal municipal. Uma autarquia que antes de ser exigente com a sua população o seja consigo mesma numa gestão mais rigorosa e transparente, onde não se confunda a gestão pública com interesses privados.

**Que balanço faz da gestão do PSD no município e, nomeadamente, o aumento exponencial da despesa corrente?**

A Póvoa de Varzim é o concelho do Grande Porto com menor rendimento médio por habitante e com o mais baixo poder de compra, somos o concelho com a maior taxa de saída escolar precoce e menor qualificação dos seus habitantes, mas estranhamente somos o concelho que pratica os tarifários da água, lixo e saneamento mais caros do país muito acima das reais possibilidades económicas das famílias poveiras. No entanto, mesmo praticando as taxas e licenças municipais mais elevadas do país temos uma Câmara Municipal numa situação de quase insolvência, com um aumento exponencial de dívidas aos fornecedores. Continuamos a ter um constante aumento, de ano para ano da despesa corrente, sem que daí advenha uma melhor prestação dos serviços públicos municipais.

Algo vai mal quando a autarquia é, de longe, o maior empregador do concelho, sem que se consiga atrair investimento e quando o sector chave da economia local – o turismo – decresce de ano para ano.

Quando se está muito tempo no poder ganham-se vícios, promovem-se compadrios e reproduzem-se desigualdades e infelizmente a Câmara Municipal da Póvoa espelha bem esta realidade. É por isso urgente uma nova cultura política e uma nova forma de exercício do poder local.

**COMO ENFRENTAR A CRISE...****VENTURA LEITE**  
Deputado do PS

*As grandes linhas de força que vão marcar e influenciar a economia do mundo no futuro próximo são as alterações climáticas, o fim das energias fósseis, e suas implicações económicas, tecnológicas e sociais*

VOLTO novamente ao contacto com os leitores do AS, e para cumprir uma promessa que deixei no meu último artigo: Propor algumas medidas para o país enfrentar e vencer a presente crise.

Sinto uma especial honra pela oportunidade de poder fazê-lo no quadro da Assembleia da República. Esclareço que parto de uma perspectiva da crise e das suas origens que já expus em artigos anteriores. Recordo, porém, três ideias que são hoje correntes, mas que não partilho:

1ª a de que vivemos uma crise económica provocada por uma crise financeira causada pelo subprime nos Estados Unidos: considero que a crise que vivemos apenas foi despoletada pela crise financeira com origem nos Estados Unidos, mas é causada pelos desequilíbrios insustentáveis da economia mundial.

2ª a de que os nossos problemas só podem ser resolvidos com a superação da crise internacional, pelo que até lá só nos resta ir mitigando, na medida do possível, as dificuldades de alguns sectores estratégicos, e os problemas sociais: considero essa visão um erro tremendo.

3ª a de que o Estado está a fazer tudo o que pode: para mim os problemas do país exigem a mobilização da sociedade e não podem ficar remetidos essencialmente ao Estado: só podem vencer a actual crise os países que a compreenderem em todo o seu significado, e adoptarem mudanças e políticas inteligentes.

Para mim, as grandes linhas de força que vão marcar e influenciar a economia do mundo no futuro próximo são as alterações climáticas, o fim das energias fósseis, e suas implicações económicas, tecnológicas e sociais, que são:

- do lado económico um novo paradigma energético – e o desenvolvimento tecnológico que lhe estará associado – uma maior pressão sobre os recursos naturais e a segurança alimentar, e, do lado social, uma maior participação e dinâmica dos cidadãos em todo o processo social e económico.

Neste quadro, depois da actual crise o nosso país estará colocado numa posição muito difícil, mas ao seu lado, ou próximo, estarão alguns países em situação também difícil. Portugal pode, se for inteligente e diligente, aproveitar para se aproximar ou ultrapassar alguns dos seus parceiros através da valorização do que tem de melhor, corrigindo erros e combatendo desperdícios.

Destes pressupostos resultou a formulação de dois projectos de resolução que visam recomendar ao Governo um conjunto de medidas que têm como principal finalidade a criação e estimulação de novas dinâmicas económicas e sociais, a criação rápida de emprego, a redução do défice externo, e o reforço da economia interna.

A minha convicção, e a dos colegas que os subscrevem, é a de que os dois projectos de resolução são um contributo positivo para a acção do Governo, permitem distinguir e prestigiar o nosso Grupo Parlamentar e o PS, tendo uma marca de esquerda, mas também patriótica.

Afinal, de que tratam os tais projectos de resolução?

O primeiro projecto de resolução dedica-se à economia interna. O nível de desperdício na economia é tal, que apenas a redução de uma parte viabilizará financeiramente um programa inteligente de investimentos da ordem dos 50 mil a 60 mil milhões de euros, que podem ajudar a criar mais de 200 mil postos de trabalho nos próximos oito a dez anos, desde que sejam feitas determinadas escolhas, e que são propostas no documento.

O segundo projecto de resolução dedica-se ao pilar social, e visa a adopção de medidas que ajudarão a reforçar este sector e a criar novas dinâmicas sociais.

Neste artigo não é possível, naturalmente, desenvolver o conteúdo dos dois projectos de resolução (posso enviá-los por email caso interesse aos leitores do "AS").

Propõem, nalguns casos, o reforço de algumas medidas já lançadas pelo nosso Governo, mas sobretudo apostam num quadro de mobilização da economia interna e da sociedade portuguesa através de iniciativas inovadoras.

Só uma grande convicção e o encorajamento de muitas pessoas me levaram a tomar estas iniciativas.

Espero contar com o apoio oficial do meu Grupo Parlamentar não só para o agendamento da discussão dos diplomas como para sua aprovação antes das eleições legislativas.

Eu estou, apenas, a fazer a minha parte...

**INICIATIVA****Pacto de cidadania para Lagoa**

A CRIAÇÃO de um pacto de cidadania, que garanta a participação dos munícipes num plano estratégico para o concelho, foi proposta pelo candidato socialista à Câmara de Lagoa, Aurélio Marcos, no decurso do fórum temático "Requalificação urbana uma nova geração de políticas que rejuvenesçam os cascos urbanos tradicionais".

Aurélio Marcos considerou que "sem a participação das pessoas não há plano estratégico que resista", assegurando que o seu mandato será marcado pela transparência em matéria de planos de urbanização.

"Comigo como presidente da Câmara de Lagoa os munícipes podem contar com um processo transparente na elaboração de planos de urbanização, com base numa articulação entre autarquia, técnicos e sociedade civil", garantiu o candidato do PS, criticando a actuação do ainda presidente do Executivo por desenvolver projectos "escondidos de todos os agentes e cidadãos" de que são exemplo os planos de urbanização de Estombar e de Porches.

Durante o seminário, que reuniu na sede da Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo cerca de meia centena de especialistas e munícipes, Aurélio Marcos defendeu que a requalificação dos espaços urbanos e o planeamento de novas zonas urbanas exigem a criação de actividades-âncora, de forma a proporcionar o bem-estar social, acusando a Câmara de Lagoa de ser, na região algarvia, uma das que menos investe na requalificação do património edificado.

Para o candidato socialista, "a gestão urbanística tem de obedecer a um processo descomplicado,



com a mobilização adequada dos recursos humanos e financeiros, de forma a transformar Lagoa num concelho mais aprazível para viver". Por isso, criticou a falta de estratégia aplicada aos instrumentos de planeamento actualmente em vigor, a qual resulta na ausência de complementaridade entre aglomerados urbanos.

Na sua intervenção Aurélio Marcos defendeu ainda a ligação das zonas ribeirinhas do concelho ao rio, bem como a criação de novas zonas verdes de referência, que promovam a socialização, adiantando que uma das propostas para o seu mandato é transformar o Parque de Feira e Exposições num "espaço vivo" durante todo o ano, compatibilizando esta estrutura com a Fatacil.

A participação dos cidadãos nos planos de urbanização foi também defendida pelo candidato à Assembleia Municipal de Lagoa, Vasco Franco, para quem "uma verdadei-

ra política de requalificação urbana "não pode ser promovida de costas voltadas para as pessoas".

Segundo Vasco Franco, "há que olhar para os centros urbanos de forma consolidada, pois estes são espaços de vivência, quando frequentados pelas pessoas, tornam-se automaticamente mais seguros". E defendeu que a preservação dos centros urbanos tradicionais depende essencialmente de um investimento público feito de acordo com as características e necessidades dos seus habitantes.

O seminário contou ainda com a participação do arquitecto Nuno Inácio, que apontou erros cometidos em Lagoa.

Durante o debate também o presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo, Luís Alberto, defendeu a preservação dos cascos urbanos tradicionais, complementada com a modernização do espaço público, potenciando assim o bem-estar dos cidadãos. J. C. C. B.

**Adelino Mendes avança para Pombal**

EDUCAÇÃO, ambiente, economia, políticas sociais e apoio à família são os eixos fundamentais nos quais assenta o projecto de candidatura do socialista Adelino Mendes, à Câmara Municipal de Pombal.

Adelino Mendes aproveitou o momento de apresentação da sua candidatura a esta autarquia do distrito de Leiria, para afirmar que "há um concelho para construir, novos projectos para realizar e novos desafios para agarrar".

"Candidato-me à Câmara Municipal de Pombal, porque quero construir um concelho amigo das famílias, com mais qualidade de vida e com mais oportunidades para todos", disse o socialista, na cerimónia de apresentação da sua candidatura.

Começando por se referir ao sector da educação, considerou tratar-se de uma área essencial, já que dela depende, como disse, o "futuro das novas gerações, o acesso ao emprego e a igualdade de oportunidades".



Por isso, frisou, é "indispensável continuar a apostar na formação ao longo da vida", sublinhando que os Centros Novas Oportunidades muito têm contribuído para o êxito deste objectivo.

Na sua perspectiva, apostar numa escola de qualidade é garantir o futuro do município, onde a segurança, mas também os equipamentos, como novos refeitórios, espaços desportivos ou modernos materiais didácticos, devem fazer parte in-

tegrante do quotidiano educativo, "proporcionando as condições de aprendizagem ao sucesso dos nossos alunos".

No que diz respeito ao ambiente, o candidato socialista disse que a prioridade vai para a reestruturação do sistema de abastecimento de água, de forma a garantir "a sua qualidade logo na origem". Também a rede de saneamento básico será objecto de uma atenção redobrada, "através de um novo impulso de obras".

Quanto ao eixo das políticas sociais, Adelino Mendes defendeu que a câmara "deve afirmar-se como uma entidade coordenadora de uma rede de serviços sociais de proximidade", iniciativa que pode ir, como defendeu, do "transporte ao médico de família, a pequenas reparações domésticas, à facilidade no alerta em situações de emergência para idosos, às actividades de ocupação dos tempos livres, ou ainda da formação cultural e desportiva para crianças e jovens". R.S.A.

João Nunes, candidato à Câmara de Esposende

# “As desigualdades e a qualidade da democracia são as preocupações da candidatura”

“O PS de Esposende pode obter um resultado histórico nas próximas eleições autárquicas”, afirma João Nunes, que espera celebrar em Outubro, no concelho, os valores do 25 de Abril. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o cabeça-de-lista do PS à Câmara de Esposende afirma que as desigualdades sociais e a qualidade da democracia que se verificam no concelho são as “preocupações centrais” da sua candidatura e elege como o “maior desafio” contribuir para a criação de emprego, que diz ser “uma competência de qualquer Executivo camarário preocupado com a qualidade de vida dos seus munícipes”.

**Qual o sentido político que se pode extrair do facto de se ter disponibilizado para encabeçar a candidatura socialista à presidência da Câmara de Esposende?**

Há duas preocupações centrais na minha candidatura: as desigualdades sociais e a qualidade da democracia que se verificam no concelho de Esposende. Algumas famílias esposendenses vivem situações dramáticas do ponto de vista económico. Os crescentes sinais de pobreza são evidentes e preocupantes. Não posso admitir que os actuais responsáveis pela gestão autárquica sejam completamente insensíveis a esta realidade e continuem a gerir os destinos de Esposende como se nada estivesse a acontecer, quando sabem que poderiam actuar no sentido de auxiliar os mais necessitados. Estamos a falar, nesta questão, de solidariedade e de responsabilidade política. O outro problema que se vive em Esposende está relacionado com o estado lastimável da prática democrática instituída pelos decisores políticos, eivada de clientelismo e do medo de ter uma opinião contrária à do poder instalado. É uma situação típica onde a alternância democrática não se verifica. Muitos cidadãos esposendenses de elevada qualidade preferem abdicar dos seus direitos e deveres políticos, em vez de contribuírem, positivamente, para o desenvolvimento do concelho, receosos de represálias e desfavores ilegítimos, mas reais. Em Esposende, a democracia escreve-se com letra pequena.

**No quadro do distrito de Braga, como analisa a inserção do seu concelho e a actuação do Executivo PSD?**

A natureza foi muito generosa com o nosso concelho, mas não cuidou de prever, porque não lhe competia, que tudo aquilo que nos concedeu acabasse por ser gerido por quem não está politicamente

preparado para aproveitar todas as suas potencialidades. São cada vez mais os esposendenses que têm demonstrado que não confiam o seu voto a quem promete muito, mas pouco ou nada faz; a quem falta cronicamente às promessas que ciclicamente assume durante as campanhas eleitorais. Não foi por acaso que o actual presidente da Câmara perdeu cerca de dois mil votos nos dois últimos actos eleitorais. O concelho de Esposende e os esposendenses configuram uma riqueza ímpar, não só no contexto do distrito de Braga, mas em todo o país. Constituem uma soma que é muito maior do que as suas partes. A História dos esposendenses, inscrita com letra maiúscula na História de Portugal, é uma evidência das qualidades dos naturais desta terra. Tudo isto tem sido desaproveitado pelo actual presidente da Câmara ao longo de mais de uma dolorosa década. A minha candidatura tem como único objectivo promover a mudança política necessária, sentida e exigida por milhares de esposendenses.

**Braga é um distrito onde oito dos 14 concelhos estão nas mãos da direita. O que espera das próximas eleições autárquicas?**

Na qualidade de militante do Partido Socialista espero e desejo o maior sucesso para todos os nossos camaradas que, este ano, vão entregar uma parte significativa das suas vidas ao ideal socialista, trabalhando para ganhar o maior número possível de autarquias e atingir o objectivo comum de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, através de políticas solidárias, onde a liberdade e a igualdade não são palavras vãs.

**Estão criadas as condições para que os socialistas conquistem mais câmaras no distrito?**

Espero bem que sim. Naturalmente, enquanto presidente da Concelhia de Esposende do Parti-

do Socialista, só devo falar do nosso concelho e das expectativas que estão criadas em torno da nossa candidatura. O PS de Esposende pode obter um resultado histórico nas próximas eleições autárquicas. É para esse objectivo que trabalho diariamente com a equipa que me tem acompanhado. Não é um trabalho fácil, confesso, porque as teias invisíveis que o poder instalado teceu na última década contribuem para amordaçar subtilmente a livre expressão, principalmente quando as opiniões são contrárias aos interesses do actual executivo camarário. Contudo, os socialistas de Esposende preferem “quebrar do que torcer”, se me permite a expressão. Recordo-lhe que, depois de alguns anos de interregno, celebrámos de novo o 25 de Abril. A comemoração do Dia da Liberdade, realizada na freguesia de Forjães, foi um grande triunfo do Partido Socialista e da sociedade forjanense. Participaram no convívio mais de cento e cinquenta pessoas. Foi um êxito! Em Outubro esperamos celebrar os valores do 25 de Abril em Esposende.

**Quais são os maiores trunfos socialistas nesse combate eleitoral?**

A nossa campanha está delineada há já algum tempo. Temos um diagnóstico claro sobre o concelho e projectos bem definidos para, de uma vez por todas, solucionarmos problemas graves que afectam os mais desfavorecidos e potenciarmos as qualidades intrínsecas de Esposende e dos esposendenses. A luta contra a pobreza e o desemprego, a aposta nas potencialidades turísticas e a dinamização da agricultura, pescas, comércio, serviços e indústria, são objectivos bem identificados pelo PS. Ao longo da campanha divulgaremos aos esposendenses todas as nossas propostas.

**Quais são os novos desafios**



**que, no seu entender, se avistam no horizonte deste concelho e dos munícipes? Como perspectiva Esposende no século XXI?**

O maior desafio consiste, indubitavelmente, em contribuir para a criação de emprego. É essencial atrair bom investimento para Esposende e isso é uma competência de qualquer executivo camarário preocupado com a qualidade de vida dos seus munícipes. Criar postos de trabalho significa gerar riqueza e fixar a população. Muitos esposendenses têm, nos últimos anos, procurado trabalho em concelhos vizinhos e é necessário parar esse processo, que empobrece todo o concelho. Haverá, também, apostas claras no incentivo à natalidade; na criação de creches e berçários; no estímulo à melhoria das condições da rede pré-escolar, na recuperação de edifícios degradados e em ruínas; na criação de uma rede de transportes que sirva o concelho com eficácia; além de outras apostas que constituem necessidades que urgem ser satisfeitas. Esposende deve promover o encontro da Natureza com o Homem. É essa simbiose que nos torna únicos. Temos de saber aproveitá-la.

**Trace-nos os principais pontos do seu programa eleitoral.**

Não se mostra oportuno, do ponto de vista da estratégia eleitoral, especificar, neste momento, o conteúdo específico das nossas propostas. A seu tempo os esposendenses verão que o PS soube interpretar os seus anseios e apresentar propostas concretas para conduzir Esposende pela via do desenvolvimento sustentável.

Posso referir, apesar disso, uma proposta já tornada pública, que consiste na instalação de uma incubadora de empresas que criará cerca de 200 postos de trabalho ao fim de quatro anos de funcionamento. A estrutura será criada nos terrenos da desactivada Estação Rádio Naval de Apúlia. É um projecto de grande porte, exequível, com um volume de negócios estimado em cerca de três milhões de euros por ano. Posso revelar ainda, em primeira-mão, que os esforços que temos vindo a fazer nos últimos anos e que foram intensificados há alguns meses para cá, podem conduzir, brevemente, a uma solução definitiva para a barra. Não se trata de fazer mais uma acção de maquilhagem com reposição da restinga – isso nunca aceitará! – mas de resolver o problema da navegabilidade da barra e dos pescadores, potenciando o turismo e dinamizando as diversas actividades económicas do concelho.

**O que podem os munícipes de Esposende esperar de João Nunes como presidente da sua câmara municipal?**

Um amigo. Um homem em quem podem confiar. Um cidadão que é sensível às dificuldades dos seus conterrâneos e que tudo fará para os auxiliar. Um presidente que exerce o poder desinteressadamente e que procura, apenas, o bem comum. Quem me conhece, sabe que os meus valores são os valores nobres das pessoas simples e honestas; sabe que sou solidário e avesso a tiques autoritários. Quem me conhece, sabe que sou um homem de confiança.

# Apresentados candidatos às câmaras municipais do distrito da Guarda

AS ELEIÇÕES europeias “são decisivas para o PS” constituindo uma das três batalhas que os socialistas vão ter que enfrentar este ano, completando deste modo um ciclo de “três combates muito duros”.

Esta a mensagem que o dirigente nacional Ascenso Simões, e secretário de Estado das Florestas, proferiu na sessão de encerramento da convenção autárquica distrital do PS/Guarda, que se realizou no passado dia 24 de Maio, no município de Manteigas.

Segundo este dirigente socialista, o PS “precisa de vencer as europeias”, abrindo assim o caminho que “nos levará a uma maioria absoluta em Outubro”.

Para Ascenso Simões, o PS “precisa de ter uma voz na Europa” que se afirme “contra essa coisa do neoliberalismo que nos transformou num espaço de crise, num



espaço de um grande ponto de interrogação”.

Esta convenção socialista teve como principal objectivo a apresentação dos cabeças-de-lista do

PS às 14 câmaras municipais do distrito da Guarda, iniciativa que teve lugar no auditório municipal de Manteigas que foi pequeno para acolher a forte moldura hu-

mana que encheu por completo o recinto, onde os presentes tiveram oportunidade de assistir a um vasto leque de intervenções, tendo as próximas eleições autárquicas como tema principal.

A aposta do PS vai para Joaquim Valente, como candidato à Câmara Municipal da Guarda, Esmeraldo Carvalhinho, em Manteigas, José Monteiro, em Celorico da Beira, António Dionísio, no Sabugal e Amílcar Salvador, em Trancoso.

Em Figueira de Castelo Rodrigo, o candidato é Carlos Panta, em Pinhel, Rui Teixeira, Filipe Camelo, em Seia, Armando Almeida, em Gouveia e Arlindo Vicente, em Almeida.

Finalmente em Aguiar da Beira, o nome escolhido é o de António Miranda, enquanto em Fornos de Algodres, o candidato será António José Rocha, em Vila Nova de Foz Côa, Emílio Mesquita e em

Meda o candidato será Armando Carneiro.

No encontro marcaram igualmente presença como oradores os camaradas Rui Vieira, deputado e presidente da Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, Humberto Rosa, dirigente nacional e secretário de Estado do Ambiente, e ainda Ana Jorge, ministra da Saúde.

No final, todos os presentes ficaram com a ideia clara de que é necessário um esforço acrescido para vencer em 2009 as várias eleições a que os portugueses vão ser chamados a participar, tendo em conta, como sublinhou o camarada Ascenso Simões, que o próximo acto eleitoral “é crucial para que não se venha a perder a identidade europeia, ou não fosse o PS o precursor da Comunidade Europeia no nosso país”. **R.S.A.**

## UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA SESIMBRA



É NECESSÁRIO “um verdadeiro desenvolvimento sustentável do concelho de Sesimbra, consolidando para todos os valores da coesão social, territorial, e da solidariedade, criando melhores condições para superar os novos desafios sociais e económicos”, afirmou Américo Gegaloto, na sessão de apresentação da sua candidatura à Câmara de Sesimbra, que decorreu no Hotel do Mar, com a presença de largas centenas de militantes e simpatizantes socialistas.

“Vivemos um período de crise, de grande instabilidade económica e de muitas dificuldades sociais, em que as autarquias devem ter um papel central, criando um conjunto de medidas pró-activas de apoio aos empresários, aos empreendedores, às associações e às forças do concelho, para potenciar a manutenção e criação de empregos, numa atitude pedagógica e positiva, não escondendo as realidades, mas explicando-as”, afirmou Américo Gegaloto.

“Ter uma política de pessoas, com as pessoas e para as pessoas é de facto o nosso primeiro objectivo”, referiu o candidato do PS, que elencou um conjunto de medidas de âmbito social, caso seja eleito, para fazer face à crise que afecta largas franjas da população de Sesimbra,

“A redução do IMI, a criação de fundo social para famílias, a isenção taxas para fixação de novas empresas em função do número de postos de trabalho, o reforço da acção social escolar com livros e ao nível das refeições, a redução de taxas para as famílias numerosas, e o combate ao fenómeno da pobreza extrema”, foram algumas das medidas avançadas por Américo Gegaloto.

“Está na altura de trilhar novos caminhos, em que é preciso ter uma acção ousada e rápida, capaz de aproveitar os recursos endógenos de Sesimbra, aproveitando o mar, o sol, a área terrestre, o vento, criando nesta área ‘clusters’ dedicados, numa lógica de nos prepararmos para o futuro”, defendeu o candidato do PS, acrescentando que “é preciso olhar para as freguesias, na sua diversidade com complementaridade, em que cada uma vale pela sua identidade própria, nas quais devemos potenciar o que de melhor têm, não numa lógica concorrencial, mas de respeito mútuo”.

De referir ainda que a candidatura de Américo Gegaloto tem como mandatário o eurodeputado socialista Joel Hasse Ferreira. **J. C. B.**

## Convenção Autárquica do PS/Fafe Socialistas são o garante do bem-estar no concelho

AS MATÉRIAS locais e europeias estiveram em destaque na Convenção Autárquica do PS de Fafe, onde participaram na sessão de encerramento o candidato à câmara local, José Ribeiro, e o candidato ao Parlamento Europeu Correia de Campos, ex-ministro da Saúde.

“Os portugueses sabem que o PS é, verdadeiramente, o partido da Europa, o partido do grande projecto europeu”, afirmou, no dia 23, Correia de Campos, na Convenção Autárquica, no Pavilhão Multiusos de Fafe, que juntou mais de meio milhão de militantes e simpatizantes de todo o concelho, assim como autarcas, jovens e cidadãos que se revêm no projecto de desenvolvimento concelhio do PS.

Correia de Campos lembrou “que foi com Mário Soares que Portugal pediu e concretizou a adesão à União Europeia. Foi com António Guterres que Portugal conseguiu a adesão ao euro e a Europa ganhou a Estratégia de Lisboa. E foi com José Sócrates e com o reconhecido sucesso da última presidência portuguesa, que o Tratado de Lisboa se tornou o novo alicerce de toda a construção europeia”.

Por outro lado, o ex-ministro da Saúde agradeceu ao seu amigo e camarada José Ribeiro, recandidato à presidência da Câmara, “o papel activo que tivemos na reestruturação da saúde no concelho de Fafe”, salientando que o autarca socialista “desde a primeira hora defendeu os interesses da população do concelho e que em conjunto foi possível a Urgência Básica do Hospital de

Fafe, o alargamento do horário do Centro de Saúde, a localização de uma ambulância SIV (de suporte imediato de vida) no Hospital e o lançamento do projecto do novo Hospital de Fafe”.

Por sua vez, o cabeça-de-lista socialista à câmara, José Ribeiro, realçou a obra que tem sido realizada pelo Partido Socialista em Fafe, referindo, entre outras medidas, “a rede de ligações viárias que marca o concelho, a melhoria da habitação de agregados familiares carenciados, a construção a custos controlados para jovens, o programa ser solidário que possibilita aos jovens um primeiro contacto com a realidade profissional, e o ensino, que dispõe de modernas e bem apetrechadas instalações escolares, transportes, refeições, actividades de enriquecimento curricular e acção social escolar”.

Depois de destacar o Cineteatro, “novo espaço cultural que enriquece a cidade”, José Ribeiro sublinhou que “o PS é o único garante da continuidade da qualidade, bem-estar e desenvolvimento concelho” salientando neste ponto “a construção da nova Escola Secundária de Fafe, o novo quartel da GNR, e o novo Hospital de Fafe, uma conquista para a cidade que em muito se deve à acção do então ministro da Saúde, Correia de Campos”.

E no que respeita a ideias para o futuro, o candidato do PS mencionou os projectos a desenvolver através de parcerias público-privada da requalificação da Praça Mártires do Fascismo e do seu parque de



estacionamento, bem como da piscina e a zona dos lagos do Parque da Cidade, assim também a requalificação da Feira Semanal e a construção do Mercado Municipal e ainda a requalificação da Praça José Florêncio Soares e do seu parque de estacionamento e a construção do novo Parque Municipal de Desportos.

Já o presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Fafe, Antero Barbosa, na sua qualidade de anfitrião, salientou que a Convenção “constitui um momento importante de debate e de fortalecimento da contínua afirmação do Partido Socialista em Fafe”, e agradeceu “a presença do camarada Correia de Campos, um homem e profissional de grande prestígio que muito honra e dignifica este encontro da família socialista fafense”.

Antero Barbosa referiu ainda que a Convenção Autárquica assumia-se “como um momento de sensibilização da população para a participação nas eleições europeias, com especial destaque para os muitos jovens que, neste ano, exercem pela primeira vez o seu direito de voto, assim como um importante debate e partilha de contributos e ideias para o projecto do PS no concelho”. **J. C. B.**

# Joaquim Couto denuncia dívida astronómica da Câmara de Gaia

“PREOCUPANTE” foi como o cabeça-de-lista socialista Joaquim Couto classificou a situação financeira da Câmara de Gaia, já que a autarquia teria de gastar um ano e dez meses das suas receitas, sem nenhuma despesa, para pagar integralmente a dívida que acumulou nos últimos anos.

Em conferência de Imprensa, o candidato do PS referiu que a Câmara de Gaia deve 274 milhões de euros, “fora a dívida das empresas municipais, que a legislação não obriga a ter contas consolidadas”.

Considerando que o actual Executivo municipal, liderado pelo ex-líder do PSD Luís Filipe Menezes, se encontra “em fim de ciclo”, Joaquim Couto defendeu que “seria de bom tom que em Outubro ele

entregasse a câmara com as contas pelo menos em condições iguais às que recebeu em 1997”, quando o PSD conquistou a autarquia ao PS.

“Na ocasião a câmara devia 18 milhões de euros. Se na ocasião Luís Filipe Menezes afirmou, em campanha, que a Câmara de Gaia estava falida, imagine-se o que diria hoje, com 274 milhões de dívidas de curto, médio e longo prazo”, disse Joaquim Couto.

O candidato socialista a Gaia, que já presidiu à autarquia de Santo Tirso, onde deixou uma obra notável, afirmou que “ainda poderia justificar-se uma dívida assim se houvesse obra pública no terreno. Mas o que aconteceu foi o contrário: o investimento caiu

quase 50% e a despesa corrente aumentou 12,5 milhões de euros de 2007 para 2008”.

O actual deputado do PS apontou como exemplo emblemático de quebra de investimento público a protecção a idosos e crianças: “A rede de apoio a idosos cobre apenas 8%, enquanto a de estabelecimentos de educação pré-escolar é de 64%. Há muito para ser feito”.

Num contexto em que “a receita e o investimento caíram e a despesa corrente aumentou”, o candidato do PS considerou que a situação da Câmara de Gaia “é preocupante”, até porque, explicou, “o serviço da dívida aumentou, entre 2002 e 2008, 520 por cento, de quatro para 24,8 milhões de euros”.

Com “uma dívida desta dimen-



são”, Joaquim Couto acusou o Executivo da Câmara de Gaia de estar a pôr em causa “a viabilidade de várias empresas fornecedoras e o emprego que elas criam, numa altura em que o partido do seu presidente, o PSD, critica o Governo precisamente disso”.

E adiantou que a situação só não é pior, porque o Tribunal de Contas “rejeitou a proposta de venda dos créditos futuros”. J. C. B.

# PS aposta na maioria absoluta em Reguengos de Monsaraz

CONQUISTAR a maioria absoluta é o objectivo do candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, José Calixto, que tem como prioridades continuar o desenvolvimento económico do concelho, com especial enfoque na área do turismo.

“O objectivo da candidatura é conquistar a maioria absoluta. Não só devido ao trabalho que temos vindo a fazer, mas também porque é o início de um novo ciclo na gestão autárquica de Reguengos e isso tem que ser feito com a mais ampla base de apoio”, disse José Calixto, que viu a sua candidatura ser aprovada por unanimidade pela

Concelhia local do PS.

Actualmente, José Calixto, natural de Reguengos de Monsaraz, desempenha as funções de vice-presidente naquele município, depois de eleito em 2005 na lista do autarca socialista Victor Martelo, que preside à autarquia desde 1976.

O PS aposta agora em Calixto para procurar manter a liderança neste município, situado nas margens de Alqueva e para onde estão previstos vários projectos turísticos ligados ao Grande Lago.

Por isso, o desenvolvimento turístico é uma das prioridades assumidas por José Calixto, que considerou que os últimos quatro

anos foram “uma escola”, com ensinamentos granjeados “ao lado de alguém que tem muita experiência acumulada”.

Além do desenvolvimento turístico, sempre ligado “ao ambiente e à biodiversidade”, assim como “à cultura e tradição” locais, nomeadamente ao artesanato e à olaria, o candidato socialista promete uma atenção especial ao “desenvolvimento económico”, assente na vitivinicultura e com o objectivo de captar novos investimentos industriais.

Militante do PS desde 1989, José Calixto, de 45 anos, é licenciado em Economia pela Universidade de Évora, tendo frequentado pós-



graduações nas universidades de Coimbra e Nova de Lisboa.

Iniciou a sua carreira no Banco de Fomento e Exterior e, tendo também trabalhado noutros organismos e empresas, esteve ligado à criação da Escola Profissional da Região Alentejo.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

## A ÚLTIMA VOLTA

POLITICAMENTE, uma legislatura é como uma corrida de dez mil metros. Definido o percurso é preciso nunca perder a liderança do pelotão e decidir a corrida na última volta.

Ganhar é cumprir o programa da corrida, legitimado pelos eleitores e não deixar que nenhum outro corredor, aproveitando as dificuldades do percurso, corte primeiro a meta correndo pelos atalhos da demagogia ou da oposição fácil.

“Este é um tempo de sprint na concretização das muitas políticas e compromissos assumidos”

Numa corrida ganha-se e perde-se mas não é aceitável perder por não dar o máximo ou por permitir que os outros corredores corram nos terrenos da ilusão ou da rasteira a quem comanda.

O PS liderou e continua a liderar a corrida iniciada em 2005. Pelo caminho encontrou obstáculos inesperados mas tem sabido contorná-los com determinação, não deixando toda a gente contente porque isso obrigaria a “correr parado”, mas focando o interesse comum e avançando sem perder de vista a meta e as corridas que se seguirão.

Salvo raras excepções, em pistas e climas excepcionais, as corridas de dez mil metros decidem-se na última volta. Nessa última volta mesmo os mais cansados convocam as últimas forças e os desesperados fazem uso de todas as formas de tentar impedir a vitória de quem vai na frente.

Com a ventania que se levantou com a crise económica mundial e com o seu impacto em todas as sociedades, esta última volta da legislatura 2005/2009 não vai ser fácil para ninguém. Todos os que com grande empenho e esforço têm permitido a liderança da corrida pelo PS desde o seu início não podem agora abrandar o passo. Antes pelo contrário, este é um tempo de sprint na concretização das muitas políticas e compromissos assumidos.

Vamos entrar na última volta de uma corrida difícil mas que temos sabido liderar com elegância e vigor. Sabemos que será uma volta em percurso escorregadio e com outras corridas em simultâneo. Ninguém pode por isso poupar energia neste esforço final. Portugal precisa que continuemos na frente da corrida até ao final desta prova e nas provas que se seguem.

# Mulheres socialistas debateram empreendedorismo no feminino

“CRISE mundial, resposta europeia: empreendedorismo feminino, emprego e PME”, foi o tema escolhido pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas (DFMS) de Castelo Branco, em conjunto com a Federação do Partido Socialista local, para a realização de um debate que contou mais de uma centena de participantes.

Das muitas presenças, destaque, entre outros, para vários presidentes de câmaras municipais, designadamente Maria do Carmo Sequeira, José Paulo Farinha, Álvaro Rocha, Joaquim Morão, de presidentes de juntas de freguesia, presidentes de estruturas concelhias, empresárias e empresários da região e muitos militantes e simpatizantes socialistas.

A camarada Hortense Martins, presidente do departamento das Mulheres Socialistas albacastrenses e deputada à Assembleia da República, começou por referir a necessidade de combater a abstenção, nomeadamente quando defendeu que “temos que continuar a lutar

contra o alheamento e lembrar que a abstenção não é solução”.

O objectivo deste e de outros encontros já organizados ou a organizar futuramente por esta estrutura é, antes demais, como salientou a deputada socialista, contribuir para a procura de soluções para a crise “e para os efeitos que ela provoca, particularmente na população feminina”.

Na sua intervenção, Hortense Martins, a propósito do empreendedorismo feminino, abordou um conjunto de outros assuntos, que passaram pelo QREN, recordando que este programa comunitário, através do Programa SI Inovação, dispõe de apoios, com natureza de incentivo reembolsável, em que a taxa máxima do incentivo é de 35%, “mas em que ainda há algumas majorações, como a relativa a projectos de empreendedorismo feminino ou jovem, que são majorados com 10%”.

Sobre os programas de apoio nacionais e comunitários às PME, sublinhou a importância



que o Governo português tem vindo a atribuir a esta temática, não deixando de frisar que as “PME são o verdadeiro motor da economia portuguesa”, reunindo mais de 300 mil empresas “dos mais variados sectores de actividade, que empregam mais de dois milhões de pessoas”.

Por seu turno, o eurodeputado Joel Hasse Ferreira considerou que a crise mundial fez “com que surgisse a necessidade de regulação e um novo paradigma económico e financeiro”, enquanto Joaquim Morão, presidente da autarquia de Castelo Branco, disse que o mercado de trabalho está em mudança e que não voltará a ser o mesmo, pelo que há “grande necessidade de nos adaptarmos”. R.S.A.

# COMÍCIO DE ENCERRAMENTO LISBOA



**Sexta, 5 de Junho, 21h00**

**CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA**  
(antiga FIL, à Junqueira)

COM

***INÊS DE MEDEIROS, ANTÓNIO COSTA  
VITAL MOREIRA E JOSÉ SÓCRATES***

**CONTAMOS CONSIGO**

**Europeias 2009**